

HISTÓRIA COMPARADA

IMPÉRIOS - VOLUME 12

Guerras mundiais, revoluções e crise dos impérios

Fascismos, colonialismos e autodeterminação

Europa, Ásia, África, Américas e Pacífico - guerra, revolução e soberania

Europa, Ásia, África, Américas e Pacífico (c. 1914-1945) | Edição Definitiva 2026

Texto original com referências acadêmicas, fontes digitais e roteiro de estudo

Leonel Edmundo Junior

Apresentação

Entre 1914 e 1945, duas guerras de alcance mundial, revoluções, crises econômicas e mobilizações políticas alteraram profundamente a organização dos impérios. Quatro grandes formações dinásticas - russa, otomana, Habsburgo e alemã - desapareceram ou foram reorganizadas após a Primeira Guerra Mundial. O Império Britânico e o francês alcançaram enorme extensão territorial, mas passaram a enfrentar custos crescentes, reivindicações de cidadania e movimentos anticoloniais. Japão, Itália e Alemanha construíram projetos expansionistas que combinaram indústria, militarização, ideologia e hierarquias raciais. A União Soviética reorganizou grande parte do antigo espaço imperial russo sob uma federação socialista formal, centralização partidária e planejamento econômico.

O período não será apresentado como simples intervalo entre duas guerras europeias. Soldados, carregadores, marinheiros e trabalhadores das colônias participaram dos conflitos; matérias-primas e impostos conectaram aldeias a frentes distantes; a Revolução Russa transformou vocabulários políticos em muitos continentes; movimentos na Índia, China, Egito, Vietnã, Indonésia, África e Caribe articularam soberania, reforma social e crítica ao domínio imperial. México, Brasil, Turquia, Irã e outros Estados experimentaram projetos diferentes de centralização, industrialização e incorporação política.

A crise de 1929 revelou dependências do crédito, dos preços agrícolas, das exportações e do emprego industrial. Democracias liberais, regimes autoritários, Estados fascistas, governos coloniais e a União Soviética responderam de modos distintos, frequentemente ampliando capacidades de intervenção. A Segunda Guerra Mundial reuniu conflitos europeus, asiáticos, africanos e oceânicos em uma guerra verdadeiramente global. Ocupações, perseguições raciais e genocídio serão tratados com linguagem sóbria, atenção às instituições responsáveis, às vítimas, às resistências e às evidências, sem transformar sofrimento em espetáculo.

Autoria, pesquisa e uso editorial

O texto, a estrutura explicativa, as sínteses e as comparações deste volume foram redigidos originalmente para esta coleção. Texto, organização e edição: Leonel Edmundo Junior. Pesquisa histórica baseada na bibliografia indicada. Apoio de pesquisa e redação: inteligência artificial. O material pode ser adaptado para estudo, aulas, blog, roteiro, vídeo ou podcast, preservando referências, créditos e licenças de imagens e distinguindo evidência, interpretação e hipótese.

Pergunta central

Como guerras, revoluções, crises econômicas e projetos de autodeterminação transformaram impérios e Estados entre 1914 e 1945, e por que a derrota de algumas potências não encerrou o colonialismo nem produziu soberania igual?

Como usar este volume

Os capítulos combinam narrativa cronológica e comparação temática. Cada um apresenta mecanismos de poder, agentes sociais, debates historiográficos, uma tabela comparativa, um quadro de mito versus evidência e leituras-base. Os apêndices oferecem cronologia, instantâneos de coexistência, matrizes, glossário, laboratório de fontes e atividades para publicação em blog.

O recorte 1914-1945 é analítico. Processos começaram antes e continuaram depois. A guerra sino-japonesa iniciada em 1937 integra a história da Segunda Guerra Mundial mesmo antes de 1939; a descolonização acelerada após 1945 possui raízes nas mobilizações estudadas aqui. Datas de independência formal não equivalem automaticamente a autonomia econômica, igualdade de cidadania ou controle territorial completo.

Convenções

1. Guerra total indica a ampliação da mobilização de pessoas, economia, ciência e informação; não significa que todos os lugares sofreram da mesma forma.
2. Fascismo é usado para o movimento e regime italiano e, em comparação controlada, para uma família de políticas ultranacionalistas, antiliberais e mobilizadoras. Nazismo possui especificidades centrais, especialmente o racismo biológico e o antissemitismo genocida.
3. Autoritarismo não é sinônimo automático de fascismo. Ditaduras militares, monarquias, regimes corporativos e governos coloniais devem ser comparados por instituições, base social, ideologia e prática.
4. Autodeterminação possuía sentidos concorrentes: autonomia, federação, Estado independente, soberania popular, domínio nacional ou igualdade dentro de um império.
5. Colônia, mandato, protetorado, domínio e esfera de influência designam relações jurídicas diferentes; todas precisam ser confrontadas com controle efetivo.
6. Números de mortos, deslocados, presos e deportados variam conforme fonte, território e método. Estimativas serão apresentadas como aproximações quando necessário.
7. Propaganda é evidência de intenção e mobilização, não fotografia neutra da opinião pública.
8. Violência, perseguição e genocídio serão explicados de maneira histórica e não gráfica, com atenção à responsabilidade institucional e à dignidade das vítimas.

Sumário

Apresentação.....	2
Mapa dos 14 volumes da coleção.....	5
1. Evidências, conceitos e problemas de periodização.....	6
2. O mundo em 1914: impérios armados e soberanias desiguais.....	7
3. A Primeira Guerra Mundial como guerra imperial e global.....	9
4. Sociedades em guerra: trabalho, gênero, economia e informação.....	11
5. Revoluções russas, guerra civil e formação da União Soviética.....	13
6. O pós-guerra: colapso imperial, fronteiras e minorias.....	15
7. Liga das Nações, mandatos, OIT e internacionalismo.....	17
8. Oriente Médio e sul da Ásia: reforma, mandato e anticolonialismo.....	19
9. África e Caribe entre guerras: trabalho, cidades e soberania.....	21
10. China, Japão e a crise da ordem no leste asiático.....	23
11. Américas: revolução, reforma estatal e poder hemisférico.....	24

12. A Grande Depressão e as respostas do Estado.....	26
13. Fascismos, nazismo e autoritarismos em comparação.....	28
14. Da Manchúria à Polônia: caminhos para uma nova guerra.....	30
15. A Segunda Guerra Mundial como conflito global e imperial.....	32
16. Ocupação, perseguição, genocídio e resistência.....	34
17. O mundo em 1945: ruína imperial, novas potências e futuros abertos.....	36
Apêndice A. Cronologia analítica.....	37
Apêndice B. Quadros de coexistência.....	43
Apêndice C. Matrizes comparativas.....	45
Apêndice D. Glossário essencial.....	47
Apêndice E. Laboratório de fontes e atividades.....	50
Bibliografia comentada.....	55
Fontes digitais, cursos, aulas e documentários sérios.....	61
Roteiro de estudo em oito semanas.....	65

Mapa dos 14 volumes da coleção

A coleção principal percorre mais de quatro milênios de história imperial. Os recortes abaixo são pontos de observação comparativa: processos atravessam as fronteiras entre volumes e, quando necessário, os livros se sobrepõem deliberadamente.

Volume	Recorte	Função no percurso da coleção
1	Fundamentos	Como surgem, funcionam e se transformam: método comparativo, poder, administração, economia, legitimidade, resistência e transformação.
2	c. 2350-539 a.C.	Primeiros impérios da Antiguidade: Mesopotâmia, Egito, Anatólia e Levante.
3	c. 559-30 a.C.	Da Pérsia aos reinos helenísticos: Aquemênidas, Alexandre, sucessores e conexões mediterrânicas e asiáticas.
4	c. 30 a.C.-300 d.C.	Roma, Pártia, Han e Cuchana: impérios conectados entre Mediterrâneo, Irã, Índia e China.
5	c. 224-650	Roma tardia, Sassânidas, Guptas e confederações das estepes: transformação da ordem antiga.
6	c. 600-1000	Califados, Bizâncio, Tang e novas formações imperiais: universalidades, fragmentação e redes.
7	c. 1000-1300	Song, sultanatos, cruzadas e expansão mongol: muitos centros e conexões afro-eurasiáticas, com comparação americana.
8	c. 1300-1500	Da fragmentação mongol às novas potências: epidemias, redes globais e recomposição política.
9	c. 1500-1700	Conexões oceânicas e impérios da primeira modernidade: conquista, comércio, trabalho forçado e resistência.
10	c. 1700-1850	Impérios, revoluções, industrialização e novas colonizações: reformas, emancipações e transformação do trabalho.
11	c. 1850-1914	Industrialização, nacionalismos e imperialismo de alta intensidade: conquistas, migrações e resistências.
12	c. 1914-1945	Guerras mundiais, revoluções e crise dos impérios: fascismos, colonialismos e autodeterminação.
13	c. 1945-1991	Descolonização, Guerra Fria e novos imperialismos: superpotências, revoluções e soberanias incompletas.
14	c. 1991-2026	Globalização, ordem unipolar e impérios em rede: intervenções, finanças, tecnologia e novas rivalidades.

Nota de periodização: os limites entre volumes não são “paredes” cronológicas. Sobreposições preservam continuidade quando uma transformação pertence simultaneamente ao encerramento de uma ordem e à formação de outra.

1. Evidências, conceitos e problemas de periodização

1.1 Um período saturado de registros

O mundo de 1914-1945 deixou volume extraordinário de documentação: censos, arquivos militares, tratados, jornais, filmes, rádio, fotografias, correspondência diplomática, prontuários policiais, estatísticas econômicas, memórias, diários e entrevistas. Abundância não elimina silêncio. Estados preservaram melhor suas próprias decisões do que a experiência de pessoas colonizadas, refugiadas, trabalhadoras domésticas ou comunidades destruídas. Arquivos também foram selecionados, deslocados, censurados ou perdidos.

Uma ordem de mobilização revela o que autoridades pretendiam; não prova execução uniforme. Um mapa de campanha registra planejamento ou reconstrução posterior; não oferece visão total do terreno. Uma fotografia pode documentar pessoas e objetos, mas enquadramento, legenda, circulação e censura transformam significado. Filmes de atualidades combinavam informação, propaganda e entretenimento. O pesquisador deve recuperar produtor, público, suporte, data, cadeia de custódia e finalidade.

1.2 Escalas conectadas

Decisões de gabinete dependiam de ferrovias, navios, portos, crédito, colheitas e trabalho local. A guerra no norte da França mobilizou recursos da Índia, África, Caribe, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. A crise de uma bolsa financeira alcançou produtores de café, trigo, borracha e açúcar. A ocupação de uma cidade alterou rotinas de abastecimento, polícia, escola e moradia. Escala global só é explicativa quando se mostra a conexão concreta.

Comparar impérios exige separar capacidade declarada de capacidade executada. População, território e indústria não se convertem automaticamente em vitória. Logística, coalizões, legitimidade, informação e adaptação importam. Estados podiam mobilizar milhões e ainda enfrentar deserção, inflação ou oposição. Movimentos sem Estado podiam criar redes, jornais, sindicatos e autoridades alternativas.

1.3 Categorias em disputa

Nação, raça, classe, civilização, minoria e segurança eram categorias políticas. Censos e passaportes pareciam descrever populações, mas também fixavam identidades, regulavam circulação e distribuíam direitos. Tratados de minorias criaram compromissos internacionais seletivos. Regimes coloniais distinguiram cidadãos, súditos e protegidos. Estados fascistas e nazista radicalizaram classificações e exclusões em nome de comunidade nacional racializada.

Termos produzidos por perpetradores ou propagandistas precisam ser contextualizados. Eufemismos administrativos podem ocultar coerção; linguagem heroica pode apagar civis, trabalho e império. O historiador não deve adotar vocabulário oficial como explicação. Deve perguntar quais práticas a categoria autorizava e quem podia contestá-la.

1.4 Testemunho, memória e pós-guerra

Memórias e testemunhos permitem acessar experiência, percepção e linguagem. São indispensáveis para estudar deslocamento, ocupação, trabalho, perseguição e resistência. Também são produzidos em momentos específicos, diante de públicos e expectativas. Uma entrevista décadas depois combina lembrança, esquecimento, pesquisa posterior e sentido atribuído à própria vida. Isso não a torna falsa; define perguntas apropriadas.

Tribunais e comissões do pós-guerra reuniram documentos e depoimentos fundamentais, mas foram instituições com regras jurídicas, seleção de casos e objetivos políticos. Arquivos de crimes nazistas são essenciais para reconstruir decisões e responsabilidades. Ao mesmo tempo, outras violências coloniais e de guerra receberam atenção desigual. Comparar não significa equiparar; significa explicar diferenças de projeto, escala, instituição e consequência.

1.5 Causalidade sem destino

A Primeira Guerra não tornou inevitáveis o nazismo ou a Segunda Guerra. Tratados, reparações, crise econômica, anticomunismo, nacionalismos e revisão territorial ampliaram tensões, mas escolhas políticas permaneceram abertas. Democracias sobreviveram em alguns países; coalizões autoritárias foram derrotadas em outros; movimentos trabalhistas e anticoloniais criaram alternativas. Resultado conhecido não deve apagar possibilidades contemporâneas.

O mesmo cuidado vale para 1945. A derrota do Eixo não garantiu descolonização imediata, democracia universal ou igualdade racial. Impérios europeus tentaram recompor autoridade, enquanto movimentos independentistas ampliaram pressão. Estados Unidos e União Soviética saíram fortalecidos, mas a forma da ordem seguinte ainda seria disputada.

Fonte	Potencial analítico	Limite frequente	Cruzamento recomendado
Arquivo estatal	Decisão, orçamento, polícia e administração	Perspectiva institucional e lacunas	Imprensa, petição, testemunho e arquivo local
Fotografia ou filme	Materialidade, performance e circulação	Enquadramento, montagem e legenda	Série completa, autoria e registro escrito
Estatística	Tendência de população, preço e produção	Categoria mutável e sub-registro	Metodologia, séries regionais e fontes qualitativas
Memória oral	Experiência, linguagem e lembrança	Seleção retrospectiva	Cronologia, documentos e outras vozes
Propaganda	Objetivo, público e repertório político	Não mede adesão automaticamente	Recepção, censura, cartas e comportamento

Mito versus evidência: Mito: quanto mais documentos existem, mais objetiva é a narrativa. Evidência: volume documental amplia possibilidades, mas arquivos continuam seletivos e exigem crítica de autoria, finalidade, preservação e silêncio.

Leituras-base do capítulo: Marc Bloch, *Apologia da história*; Michel-Rolph Trouillot, *Silencing the Past*; Martha Howell e Walter Prevenier, *From Reliable Sources*; Ludmilla Jordanova, *History in Practice*; John Tosh, *The Pursuit of History*.

2. O mundo em 1914: impérios armados e soberanias desiguais

2.1 Um sistema interestatal dentro de uma ordem imperial

Em 1914, a Europa era formada por Estados nacionais e impérios multinacionais. Grã-Bretanha, França, Rússia, Alemanha, Áustria-Hungria e Império Otomano possuíam formas distintas de governo e projeção territorial. A soberania jurídica entre potências coexistia com colônias, protetorados, concessões e tratados desiguais. Estados Unidos e Japão haviam demonstrado capacidade imperial; China enfrentava fragmentação política depois da revolução de 1911.

O Império Britânico conectava domínios autogovernados, Índia, colônias da Coroa, protetorados e bases. O francês combinava república metropolitana e sujeição colonial. Rússia governava enorme espaço continental; Habsburgos administravam nacionalidades e províncias por arranjos dualistas; otomanos reformavam exército e burocracia sob pressão territorial. Chamar todos de império é ponto de partida, não conclusão de equivalência.

2.2 Alianças e planos militares

Tríplice Aliança e Tríplice Entente não eram mecanismos automáticos idênticos. Tratados possuíam cláusulas, ambiguidades e cálculos próprios. Estados-maiores criaram planos de mobilização que buscavam aproveitar ferrovias e evitar guerra em duas frentes, mas calendários rígidos podiam reduzir tempo para negociação. Corridas navais e expansão dos exércitos aumentaram capacidade de coerção sem tornar a guerra inevitável.

Crises no Marrocos e nos Bálcãs haviam sido administradas antes de 1914. Isso mostra que rivalidade podia produzir acordo. A crise de julho transformou assassinato político regional em guerra geral por decisões sucessivas: ultimato, garantias, mobilizações, declarações e invasão. Explicação responsável distingue condições de risco de escolhas imediatas.

2.3 Nacionalismos e impérios

Nacionalismo não era monopólio de povos sem Estado. Governos imperiais usavam escola, imprensa, exército e cerimônia para produzir lealdade. Movimentos poloneses, tchecos, sérvios, croatas, árabes, armênios, irlandeses e outros formularam programas variados, de autonomia a independência. Nenhuma comunidade possuía fronteiras naturais incontestáveis; cidades e regiões eram multilíngues e multirreligiosas.

Nos Bálcãs, guerras de 1912-1913 alteraram fronteiras e deslocaram populações. Sérvia ampliou território, Bulgária perdeu parte das conquistas, e o Império Otomano conservou posição reduzida na Europa. Rivalidades locais se conectaram a interesses russos, austro-húngaros, alemães, britânicos e franceses, mas atores regionais não eram simples instrumentos externos.

2.4 Economias integradas, poderes desiguais

Comércio, padrão-ouro, investimentos e migrações criaram integração intensa. Londres era centro financeiro; Alemanha e Estados Unidos possuíam grande indústria; Rússia e Japão industrializavam seletivamente; economias coloniais forneciam alimentos e matérias-primas. Integração não impediu guerra. Ela ofereceu recursos para financiá-la e criou vulnerabilidades em crédito, importação e navegação.

Propriedade e trabalho eram distribuídos desigualmente. Camponeses formavam maioria em muitos impérios; operários estavam concentrados em polos. Mulheres sustentavam agricultura, indústria, comércio e trabalho doméstico, embora direitos políticos fossem restritos. Hierarquias coloniais e raciais regulavam salários, mobilidade e cidadania. A guerra mobilizaria essa ordem desigual.

2.5 O mundo além da Europa

No México, revolução iniciada em 1910 disputava terra, trabalho e Estado. No Brasil, república oligárquica combinava federalismo, exportação de café e cidadania restrita. Na Índia, Congresso Nacional Indiano e Liga Muçulmana negociavam reformas e representação; movimentos swadeshi haviam conectado consumo e política. Na África, Estados coloniais eram recentes e frequentemente frágeis, enquanto Etiópia e Libéria preservavam independência formal.

No leste asiático, Japão possuía Taiwan, Coreia anexada e interesses na Manchúria. A República da China enfrentava poder provincial, dívida e ingerência estrangeira. Sudeste Asiático estava amplamente dividido entre impérios coloniais, com o Sião independente por diplomacia e reforma. A guerra europeia abriria oportunidades e coerções em todas essas regiões.

Formação em 1914	Base de poder	Vulnerabilidade	Questão comparativa
Império Britânico	Marinha, finanças, Índia e domínios	Extensão e lealdades negociadas	Quem pagaria e decidiria a guerra?
Império Russo	População, território e exército	Logística, representação e desigualdade	Mobilização fortaleceria ou quebraria o regime?
Áustria-Hungria	Administração dual e forças comuns	Nacionalidades e comando dividido	Reforma imperial ainda era possível?
Império Otomano	Posição estratégica e reformas	Perda territorial e finanças	Neutralidade teria sido sustentável?
Japão imperial	Indústria crescente e marinha	Recursos externos e oposição regional	Aliança ampliaria influência na Ásia?

Mito versus evidência: Mito: em 1914 a Europa controlava um mundo passivo. Evidência: potências europeias possuíam enorme vantagem, mas Estados asiáticos, movimentos políticos, autoridades locais e comunidades colonizadas negociavam, resistiam e exploravam rivalidades.

Leituras-base do capítulo: Christopher Clark, *The Sleepwalkers*; Margaret MacMillan, *The War That Ended Peace*; David Stevenson, 1914–1918; Jürgen Osterhammel, *The Transformation of the World*; Jane Burbank e Frederick Cooper, *Empires in World History*.

3. A Primeira Guerra Mundial como guerra imperial e global

3.1 De crise balcânica a guerra mundial

O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando em Sarajevo foi o gatilho, não a causa total. A Áustria-Hungria buscou punir a Sérvia; a Alemanha ofereceu apoio; Rússia decidiu proteger posição balcânica; França confirmou aliança; Grã-Bretanha reagiu à invasão da Bélgica e ao equilíbrio europeu. Cada governo atuou com informação incompleta e expectativas de guerra curta. A sequência converteu risco estrutural em decisão.

Frentes se estenderam da Bélgica e França à Europa oriental, Balcãs, Cáucaso, Mesopotâmia, Palestina e África. Operações navais alcançaram Atlântico, Mediterrâneo, Índico e Pacífico. O Japão ocupou possessões alemãs na China e ilhas do Pacífico. Colônias alemãs na África tornaram-se campos de campanha prolongada, envolvendo populações e recursos locais.

3.2 Impérios mobilizados

Índia forneceu grande número de soldados, trabalhadores e recursos ao esforço britânico. Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul e Terra Nova participaram como domínios. França recrutou tropas do norte e oeste africano, Madagascar, Indochina e outras colônias. Rússia mobilizou populações diversas; otomanos combateram em múltiplas frentes; Habsburgos recrutaram um exército multilíngue.

Serviço imperial podia ser voluntário, conscrito ou coercitivo. Motivação variava: salário, dever, pressão comunitária, promessa de direitos, aventura, necessidade ou imposição. Soldados coloniais encontraram sociedades e hierarquias diferentes, mas não retornaram todos como nacionalistas automáticos. Experiência de guerra ampliou alguns repertórios políticos e endureceu outros controles.

3.3 Logística, tecnologia e atrito

Metralhadoras, artilharia, arame, aviação, submarinos e gases mudaram capacidade de combate, mas tecnologia não agiu sozinha. Produção de munição, ferrovias, animais de transporte, estradas, portos, cartografia, medicina e comunicação sustentaram operações. Frentes estáticas no oeste contrastaram com maior mobilidade em outras regiões. Clima, doença e abastecimento podiam ser tão decisivos quanto planos.

Bloqueios buscaram enfraquecer economias e abastecimento. Guerra submarina desafiou comércio e neutralidade. O ingresso dos Estados Unidos em 1917 resultou de guerra marítima, laços financeiros e cálculos políticos. Recursos norte-americanos ampliaram vantagem aliada, mas tropas chegaram em escala decisiva apenas na fase final.

3.4 O front otomano e o Oriente Médio

O Império Otomano entrou ao lado das Potências Centrais no fim de 1914. Campanhas ocorreram no Cáucaso, Dardanelos, Mesopotâmia, Sinai-Palestina e Arábia. A defesa de Gallipoli impediu passagem aliada; forças britânicas avançaram a partir do golfo; a revolta árabe apoiada pelos britânicos desafiou autoridade otomana em partes do Hijaz e Levante.

Diplomacia de guerra produziu promessas incompatíveis e projetos concorrentes. Correspondência com lideranças árabes, acordo Sykes-Picot e Declaração Balfour pertenciam a contextos distintos, mas influenciaram disputas posteriores. Populações locais não formavam blocos homogêneos; elites urbanas, camponeses, tribos, comunidades religiosas e soldados adotaram posições variadas.

3.5 Guerra, civis e coerção

O avanço de exércitos produziu ocupações, requisições, deslocamentos e vigilância. Estados classificaram populações consideradas suspeitas. No Império Otomano, políticas dirigidas contra armênios em 1915 integraram deportação, expropriação e morte em massa; a historiografia e instituições especializadas reconhecem o processo como genocídio. Estudar responsabilidade exige conectar decisões centrais, agentes regionais, guerra e ideologia, sem diluir vítimas em abstrações.

Na Europa oriental, civis foram deslocados por campanhas e políticas de segurança. Ocupações alemãs e austro-húngaras criaram administrações, trabalho e exploração de recursos. Violências não foram idênticas em intenção ou escala. Comparação responsável preserva diferenças enquanto investiga como Estados de guerra ampliaram poder sobre mobilidade, propriedade e pertencimento.

3.6 1917-1918: ruptura e encerramento

Revoluções retiraram a Rússia da guerra. Ofensivas alemãs de 1918 ganharam terreno, mas não produziram decisão estratégica; contraofensivas aliadas, recursos dos Estados Unidos e desgaste interno alteraram equilíbrio. Bulgária, Império Otomano, Áustria-Hungria e Alemanha buscaram armistícios. O combate terminou em datas diferentes e guerras regionais continuaram.

Armistício não era paz consolidada. Bloqueios, fome, epidemia de influenza, desmobilização e conflitos civis atravessaram 1918-1923. Impérios desapareceram no mapa, mas funcionários, exércitos, fronteiras econômicas e hierarquias não sumiram imediatamente. Veteranos, viúvas, órfãos, refugiados e trabalhadores carregaram custos por décadas.

Teatro ou rede	Participantes imperiais	Recurso central	Consequência política
Europa ocidental	Britânicos, franceses, alemães e contingentes coloniais	Indústria, trincheira e logística	Desgaste social e dívida
Europa oriental	Russos, alemães, Habsburgos e populações fronteiriças	Ferrovia, mobilidade e ocupação	Revolução e novos Estados
Oriente Médio	Otomanos, britânicos, russos, árabes e indianos	Canal, petróleo, porto e promessa	Mandatos e fronteiras disputadas
África	Potências coloniais e forças africanas	Carregadores, alimento e rota	Coerção e novas reivindicações
Atlântico e oceanos	Marinhas, comércio e impérios	Bloqueio, submarino e crédito	Entrada dos EUA e crise de abastecimento

Mito versus evidência: Mito: a Primeira Guerra foi apenas uma guerra europeia de trincheiras. Evidência: impérios mobilizaram pessoas e recursos de vários continentes, e campanhas decisivas ocorreram também no leste europeu, Oriente Médio, África, oceanos e Pacífico.

Leituras-base do capítulo: Hew Strachan, *The First World War*; David Stevenson, *1914-1918*; John Horne, ed., *A Companion to World War I*; Santanu Das, *India, Empire, and First World War Culture*; Hew Strachan, *The First World War in Africa*.

4. Sociedades em guerra: trabalho, gênero, economia e informação

4.1 Mobilização econômica

Governos ampliaram impostos, empréstimos, controles de preço, compras públicas e coordenação industrial. A guerra exigiu aço, carvão, químicos, alimentos, uniformes e transporte. Empresas privadas trabalharam sob contratos e regulação; ministérios criaram novas rotinas de estatística e planejamento. Isso não aboliu mercado nem produziu um único modelo de economia comandada. Capacidade variou entre países e mudou ao longo do conflito.

Financiamento por dívida transferiu custos ao futuro e conectou aliados a bancos e governos. Inflação reduziu salários reais e atingiu poupadores. Bloqueios e perda de importações alteraram alimentação. Agricultura permaneceu central, mas sofreu com recrutamento, animais requisitados e falta de fertilizantes. Estados coloniais pressionaram produção e arrecadação em territórios distantes das frentes.

4.2 Trabalho industrial e conflito social

Milhões foram deslocados para fábricas de armamentos, minas, ferrovias e portos. Trabalhadores qualificados ganharam poder de negociação em alguns setores; sindicatos aceitaram acordos de suspensão de greves ou participaram de conselhos, mas conflitos reapareceram quando preços subiram. Disciplina industrial, jornadas e risco no trabalho geraram protestos. O Estado podia mediar, conceder e reprimir.

Trabalho colonial e contratado sustentou infraestrutura. Corpos de trabalhadores chineses, indianos, africanos e de outras origens atuaram em portos, estradas e retaguarda. Sua contribuição foi frequentemente apagada por narrativas centradas no combate. Contratos não eliminavam coerção, desigualdade salarial ou restrição de movimento.

4.3 Mulheres, família e cidadania

Mulheres já trabalhavam antes de 1914. A guerra alterou composição e visibilidade da força de trabalho em transporte, indústria, agricultura, saúde, administração e comércio. Algumas ocupações foram temporariamente abertas; outras permaneceram segregadas. Mobilização não produziu emancipação linear. Depois do armistício, muitas foram pressionadas a ceder postos, embora mudanças em organização, voto e expectativa pública persistissem.

Famílias administraram ausência, pensões, cuidados e luto. Estados definiram dependentes legítimos e moralizaram comportamento feminino. Movimentos sufragistas dividiram-se sobre apoio à guerra, mas em diversos países reformas eleitorais reconheceram parte das mulheres. Direito variou por idade, propriedade, raça e território; mulheres colonizadas e racializadas enfrentaram barreiras adicionais.

4.4 Informação, censura e propaganda

Governos controlaram telégrafos, correio, imprensa e cinema. Propaganda buscou recrutar, vender títulos, conservar alimentos e definir inimigos. Cartazes não provam adesão; mostram repertórios que autoridades julgaram eficazes. Rumores e cartas revelam negociação cotidiana. Censura podia impedir informação militar e também silenciar crítica.

Correspondentes, fotógrafos e cinegrafistas trabalharam sob regras. Imagens de guerra circularam de maneira seletiva. A imprensa colonial traduziu notícias para disputas locais. Intelectuais e ativistas compararam promessas de liberdade com sujeição imperial. A mesma linguagem de civilização podia justificar combate e alimentar crítica anticolonial.

4.5 Saúde pública e pandemia

Exércitos reuniram grandes populações, criaram sistemas médicos e aceleraram circulação de doenças. A pandemia de influenza de 1918-1919 atingiu sociedades já desgastadas, mas seus efeitos variaram conforme idade, nutrição, moradia, acesso a cuidados e capacidade administrativa. Censura de guerra influenciou informação pública; o nome associado à Espanha não indica origem confirmada.

Hospitais, enfermagem, reabilitação e próteses ampliaram campos de política social. Veteranos reivindicaram pensões e reconhecimento. Deficiências produzidas pela guerra foram tratadas por medicina, caridade e burocracia, frequentemente com expectativas de retorno ao trabalho. Comparar sistemas revela quem o Estado considerava merecedor e quais vidas ficavam fora da proteção.

4.6 Legados sociais

O conflito ampliou capacidade fiscal e administrativa, mas também dívida e contestação. Conselhos de trabalhadores, greves, motins e revoluções mostraram que mobilização podia escapar do comando. Reformas sociais posteriores responderam ao medo de revolução, à pressão sindical e ao reconhecimento de sacrifício. A criação da OIT em 1919 institucionalizou a ideia de que paz dependia de justiça social, embora sua representação fosse desigual.

Memórias nacionais privilegiaram soldados e vitórias, enquanto trabalho, império e pandemia receberam atenção variável. Monumentos organizaram luto público, mas também selecionaram pertencimento. A história social reinsere cozinhas, hospitais, campos, fábricas, portos e colônias na explicação da guerra.

Campo	Mudança de guerra	Continuidade desigual	Pergunta de evidência
Indústria	Coordenação estatal e produção em massa	Propriedade privada e hierarquia salarial	Quem lucrou e quem assumiu o risco?
Trabalho	Emprego ampliado e poder sindical localizado	Coerção colonial e exclusões	Contrato permitia saída real?
Gênero	Novas ocupações e mobilização pública	Trabalho doméstico e barreiras políticas	Mudança temporária ou institucional?
Informação	Censura, cinema e propaganda	Imprensa crítica e rumores	O material mostra intenção ou recepção?
Saúde	Sistemas militares e pensões	Acesso desigual e estigma	Quem foi contado e protegido?

Mito versus evidência: Mito: a guerra colocou pela primeira vez todas as mulheres no mercado de trabalho e produziu automaticamente o sufrágio. Evidência: mulheres já trabalhavam; a mobilização mudou setores e visibilidade, enquanto direitos resultaram de campanhas anteriores, pressão política e reformas desiguais.

Leituras-base do capítulo: Susan Grayzel, *Women and the First World War*; Ute Daniel, *The War from Within*; Jay Winter, *Sites of Memory, Sites of Mourning*; Adam Tooze, *The Deluge*; Laura Spinney, *Pale Rider*.

5. Revoluções russas, guerra civil e formação da União Soviética

5.1 Crise do império em guerra

O Império Russo entrou na guerra com grande população e indústria crescente, mas infraestrutura limitada, desigualdade agrária e representação política incompleta. Derrotas, perdas territoriais, inflação e crise de abastecimento enfraqueceram autoridade. A corte perdeu credibilidade; a Duma e organizações sociais assumiram tarefas; trabalhadores e soldados desenvolveram redes próprias. Nenhum fator isolado explica a queda da monarquia.

Em fevereiro de 1917 segundo o calendário então usado na Rússia, protestos por alimento e trabalho, greves e adesão de soldados derrubaram o czar. Formou-se poder dual entre Governo Provisório e soviets. O novo governo prometeu direitos e futura Assembleia Constituinte, mas manteve a guerra e adiou questões de terra e nacionalidades. A liberdade política ampliou mobilização e conflito.

5.2 Outubro e a disputa pelo poder

Bolcheviques defenderam paz, terra e poder aos soviets, ganharam apoio em centros estratégicos e tomaram pontos de governo em Petrogrado em outubro. O acontecimento foi golpe organizado e revolução social ao mesmo tempo: uma ação minoritária derrubou o governo, mas operou dentro de ampla crise de autoridade e mobilização popular. Seu alcance nacional não foi instantâneo.

Decretos sobre paz e terra responderam a demandas decisivas. A dissolução da Assembleia Constituinte mostrou prioridade do poder soviético sobre pluralismo eleitoral. Tratado de Brest-Litovsk retirou a Rússia da guerra a custo territorial enorme. O regime enfrentou oposição de monarquistas, liberais, socialistas rivais, movimentos nacionais e potências estrangeiras.

5.3 Guerra civil e comunismo de guerra

Entre 1918 e 1921, Exército Vermelho, forças brancas, exércitos nacionais, camponeses armados e intervenções estrangeiras combateram em várias frentes. Os bolcheviques possuíam centro territorial, ferrovias e comando mais unificado; adversários eram fragmentados e associados, em algumas regiões, à restauração de antigas hierarquias. Vitória não resultou de apoio uniforme.

Comunismo de guerra nacionalizou setores, requisitou grãos e priorizou abastecimento militar. A economia sofreu colapso, agravado por anos de guerra, ruptura de mercados, violência e seca. Terror Vermelho e repressões adversárias fizeram parte da guerra civil. A análise deve identificar instituições, contextos e alvos sem transformar todas as forças em equivalentes automáticos.

5.4 Nacionalidades e federação

A queda do império permitiu independências e guerras de fronteira. Finlândia, Polônia e Estados bálticos consolidaram soberania; Ucrânia, Cáucaso e Ásia Central viveram projetos concorrentes. Bolcheviques proclamaram direito de autodeterminação, mas Exército Vermelho reincorporou diversos territórios. A União Soviética, criada em 1922, adotou forma federal e repúblicas nacionais, sob autoridade dominante do Partido Comunista.

Políticas de indigenização promoveram línguas e quadros locais nos anos 1920, ao lado de centralização. Fronteiras republicanas institucionalizaram nacionalidades, mas não encerraram identidades sobrepostas nem relações imperiais. Historiadores debatem a União Soviética como império, federação anticolonial, Estado multinacional ou combinação desses elementos.

5.5 Nova Política Econômica e sucessão

A Nova Política Econômica substituiu requisições por imposto e permitiu comércio e pequena iniciativa, enquanto o Estado manteve bancos, grande indústria e comércio exterior. Produção se recuperou de modo desigual. Debates dividiram partido sobre ritmo de industrialização, papel do campesinato e democracia interna. A morte de Lenin abriu luta de sucessão; Stalin acumulou posições e isolou rivais.

No fim da década de 1920, coletivização forçada e planos quinquenais alteraram o caminho. O Estado buscou industrialização acelerada e controle agrícola. Resistência camponesa, coerção e políticas de requisição contribuíram para fome catastrófica em várias regiões, especialmente na Ucrânia, Cazaquistão e partes da Rússia. Responsabilidade, intenção e classificação jurídica são debatidas por região; a centralidade das decisões estatais é incontornável.

5.6 Planejamento, repressão e mobilidade social

Industrialização expandiu cidades, educação técnica, indústria pesada e capacidade militar. Milhões migraram; mulheres entraram em novos setores, mantendo dupla carga de trabalho. Campanhas de alfabetização e promoção social abriram oportunidades reais. Ao mesmo tempo, disciplina laboral, passaportes internos e escassez limitaram autonomia. Capacidade transformadora e coerção não podem ser separadas.

Nos anos 1930, expurgos e julgamentos políticos concentraram poder e atingiram quadros do partido, Estado, exército e sociedade. O sistema de campos de trabalho tornou-se parte da economia e repressão. O discurso constitucional de direitos coexistiu com policiamento. A União Soviética seria decisiva na derrota da Alemanha nazista, mas essa contribuição posterior não apaga violência estatal anterior.

Fase	Instituição dominante	Promessa mobilizadora	Contradição central
Fevereiro de 1917	Governo Provisório e soviets	Liberdade e constituinte	Guerra, terra e autoridade dual
Outubro de 1917	Bolcheviques e soviets	Paz, terra e poder popular	Concentração partidária
Guerra civil	Exército Vermelho e partido	Defesa da revolução	Requisição e repressão
NEP	Estado socialista e mercado limitado	Recuperação e aliança camponesa	Desigualdade e disputa de direção
Planos quinquenais	Planejamento centralizado	Industrialização acelerada	Coerção, escassez e repressão

Mito versus evidência: Mito: 1917 foi uma única tomada de poder planejada desde o início. Evidência: monarquia, Governo Provisório, soviets, bolcheviques, movimentos nacionais e forças sociais disputaram autoridade em etapas, sob guerra e colapso estatal.

Leituras-base do capítulo: Sheila Fitzpatrick, *The Russian Revolution*; Orlando Figes, *A People's Tragedy*; Ronald Grigor Suny, *The Soviet Experiment*; Stephen Kotkin, *Stalin*; Terry Martin, *The Affirmative Action Empire*.

6. O pós-guerra: colapso imperial, fronteiras e minorias

6.1 Pazos múltiplas

O Tratado de Versalhes com a Alemanha foi apenas parte de um conjunto que incluiu Saint-Germain, Neuilly, Trianon e Sèvres, depois substituído por Lausanne no caso turco. Conferências de paz combinaram princípios declarados, interesses estratégicos, ocupação militar e informação incompleta. Vencedores também discordavam. França buscava segurança, Grã-Bretanha equilíbrio e proteção imperial, Estados Unidos defendiam programa internacionalista seletivo, Itália e Japão reivindicavam ganhos.

Alemanha perdeu território e colônias, teve forças limitadas e recebeu responsabilidade jurídica usada para reparações. A frase de que Versalhes causou sozinho a Segunda Guerra simplifica. O tratado foi severo em alguns aspectos, negociável em outros e modificado durante os anos 1920. Sua legitimidade foi atacada pela direita alemã; crise econômica e decisões posteriores foram indispensáveis para a ascensão nazista.

6.2 Novos Estados e fronteiras antigas

Polônia, Tchecoslováquia, Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, Finlândia e Estados bálticos surgiram ou foram restaurados. Áustria e Hungria tornaram-se Estados menores. Fronteiras buscaram combinar estratégia, transporte, economia e nacionalidade, objetivos frequentemente incompatíveis. Nenhuma linha poderia produzir homogeneidade em regiões de povoamento misto.

Plebiscitos foram realizados em alguns territórios, mas não como princípio universal. Guerras entre Polônia e União Soviética, conflitos por Galícia, Silésia, Fiume, Trácia e Anatólia mostraram que paz e violência coexistiram. Populações se deslocaram voluntária ou coercitivamente; a troca greco-turca institucionalizou transferência obrigatória definida por religião, criando precedente perigoso de homogeneização.

6.3 Minorias e cidadania

Tratados de minorias comprometeram alguns novos Estados a proteger língua, religião e direitos, sob supervisão da Liga das Nações. Grandes potências não aceitaram obrigações equivalentes para si ou colônias. O sistema ofereceu fórum para petições, mas dependia de vontade política e não tinha aplicação universal. Grupos também divergiam sobre integração, autonomia e separação.

Cidadania foi reorganizada por sucessão de Estados. Pessoas podiam perder documentos, propriedade ou direito de residência. Apátridas e refugiados tornaram-se problema internacional. Passaporte Nansen ajudou parte dos refugiados, mas categorias de proteção permaneceram limitadas. Estado-nação não eliminou império; produziu novas periferias e hierarquias.

6.4 República de Weimar

A Alemanha tornou-se república parlamentar em meio a derrota, revolução, desmobilização e conflito social. Constituição ampliou direitos, representação proporcional e proteção social, mas o presidente manteve poderes de emergência. Coalizões governaram um país politicamente dividido. Tentativas de golpe de direita e levantes de esquerda desafiaram a ordem; paramilitares prolongaram culturas de violência.

Hiperinflação de 1923 destruiu poupanças e confiança para muitos, embora devedores e proprietários de bens reagissem de modo diferente. Estabilização monetária, plano Dawes e diplomacia de Stresemann produziram recuperação relativa. Cultura urbana, ciência e artes floresceram. O colapso da democracia não estava inscrito na fundação; ocorreu quando crise, elites conservadoras, antidemocratas e mecanismos constitucionais se combinaram.

6.5 República turca e continuidade otomana

O movimento liderado por Mustafa Kemal rejeitou o Tratado de Sèvres e venceu guerra pela Anatólia. Lausanne reconheceu a República da Turquia e fronteiras principais. O sultanato e depois o califado foram abolidos; capital mudou para Ancara; reformas jurídicas, educacionais e linguísticas buscaram Estado nacional secularizado e centralizado.

Ruptura institucional coexistiu com continuidade de quadros, práticas e questões territoriais. Nacionalismo turco restringiu pluralidade; curdos e outras comunidades enfrentaram assimilação e repressão. Propriedades e demografia haviam sido profundamente alteradas pela guerra e pelo genocídio armênio. Modernização não deve ser descrita como simples ocidentalização nem como processo sem coerção.

6.6 Impérios vencedores ampliados e frágeis

Grã-Bretanha e França receberam mandatos e alcançaram máxima extensão, mas saíram endividadas. Domínios britânicos assinaram tratados e ampliaram autonomia. Irlanda obteve Estado Livre após guerra, enquanto a ilha foi dividida. Egito recebeu independência limitada em 1922; soberania britânica persistiu sobre defesa e canal. Vitória imperial criou obrigações e expectativas que tornaram governo mais contestado.

As colônias alemãs e territórios otomanos não foram reconhecidos como anexações simples; tornaram-se mandatos administrados em nome de uma tutela internacional. A mudança de linguagem importou porque ofereceu critérios de prestação de contas, mas não entregou autodeterminação aos habitantes. O sistema reorganizou colonialismo em vez de encerrá-lo.

Arranjo pós-1918	Princípio declarado	Instituição concreta	Límite
Estado nacional	Autodeterminação	Constituição, fronteira e cidadania	Populações misturadas e minorias

Arranjo pós-1918	Princípio declarado	Instituição concreta	Límite
Tratado de minorias	Proteção internacional	Petição à Liga	Aplicação seletiva
Mandato	Tutela rumo à capacidade	Administração por potência	Colonialismo sem consentimento
Reparações	Responsabilidade e reconstrução	Comissão e pagamentos	Disputa econômica e política
Passaporte Nansen	Proteção de refugiados	Documento internacional	Cobertura incompleta

Mito versus evidência: Mito: 1918 substituiu impérios por Estados nacionais homogêneos. Evidência: novos Estados continham minorias, vencedores ampliaram impérios coloniais e fronteiras foram negociadas por estratégia, economia, guerra e nacionalidade.

Leituras-base do capítulo: Margaret MacMillan, *Paris 1919*; Zara Steiner, *The Lights That Failed*; Susan Pedersen, *The Guardians*; Erez Manela, *The Wilsonian Moment*; Mark Mazower, *Governing the World*.

7. Liga das Nações, mandatos, OIT e internacionalismo

7.1 Segurança coletiva sem poder automático

A Liga das Nações buscou substituir equilíbrio secreto por debate, arbitragem, sanções e segurança coletiva. Assembleia reunia membros; Conselho concentrava grandes potências e membros temporários; Secretariado produzia informação. Estados Unidos não aderiram, União Soviética entrou tarde e saiu após agressão à Finlândia, Alemanha e Japão se retiraram. Ainda assim, ausência de todos em todo momento não torna a instituição irrelevante.

A Liga solucionou ou administrou disputas menores, promoveu cooperação técnica e criou precedentes de diplomacia multilateral. Sua força dependia de Estados membros. Não possuía exército próprio nem vontade separada. Nas crises da Manchúria e Etiópia, relatórios e sanções não impediram agressão. Fracasso resultou de desenho, prioridades das potências e contexto, não apenas de uma regra abstrata de unanimidade.

7.2 Sistema de mandatos

Mandatos A, B e C classificaram territórios segundo suposto grau de desenvolvimento. Síria, Líbano, Palestina, Iraque e Transjordânia vieram do espaço otomano; territórios africanos e do Pacífico vieram sobretudo das colônias alemãs. Potências mandatárias enviavam relatórios à Comissão Permanente de Mandatos. Petições ofereciam canal limitado, mediado por administração e regras de admissibilidade.

A linguagem de tutela combinou internacionalização e hierarquia civilizacional. Habitantes foram tratados como povos a serem preparados, sem voto decisivo sobre mandatário ou prazo. No Iraque, independência formal veio em 1932 sob tratados e influência britânica; na Síria e Palestina, revoltas enfrentaram repressão. Mandato foi colonialismo reconfigurado, embora sua publicidade internacional criasse instrumentos inesperados de contestação.

7.3 Organização Internacional do Trabalho

A OIT nasceu em 1919 com representação tripartite de governos, empregadores e trabalhadores. Produziu convenções sobre jornada, desemprego, maternidade, trabalho noturno, idade mínima e trabalho forçado. A ideia central ligava paz duradoura à justiça social. Normas não se aplicavam sozinhas; dependiam de ratificação, legislação e fiscalização.

Trabalhadores coloniais e não europeus estavam presentes de modo desigual. A Convenção sobre Trabalho Forçado de 1930 forneceu linguagem internacional importante, mas permitiu exceções e foi aplicada em impérios que dependiam de coerção. A OIT tornou-se espaço em que sindicatos, reformadores e governos disputavam definições de trabalho livre e proteção.

7.4 Saúde, refugiados e tráfico

Organização de Saúde da Liga coordenou informação epidemiológica, padrões e campanhas. Comissões atuaram sobre refugiados, escravidão, tráfico e drogas. Fridtjof Nansen associou assistência e documentos de viagem. Esses programas criaram conhecimento transnacional e carreiras técnicas, mas categorias de merecimento e recursos eram limitados.

Refugiado russo ou armênio podia receber tratamento diferente de pessoas deslocadas dentro de impérios. A política internacional separava crise humanitária de soberania que a produzia. Mesmo assim, arquivos dessas organizações preservam petições e estatísticas que permitem reconstruir experiências não registradas em diplomacia tradicional.

7.5 Direito, soberania e raça

O Japão propôs cláusula de igualdade racial na conferência de paz; recebeu apoio considerável, mas não foi incorporada ao pacto. A rejeição revelou limites raciais da nova ordem. Potências coloniais defendiam autodeterminação na Europa enquanto mantinham súditos sem direitos equivalentes. Intelectuais negros, asiáticos e árabes usaram a contradição para formular internacionalismos alternativos.

O Pacto de Paris de 1928 renunciou à guerra como instrumento de política nacional. Não impediu agressões, mas alterou linguagem jurídica e contribuiu para debates posteriores sobre crime de agressão. Direito internacional não era só máscara nem comando soberano: era campo desigual de reivindicação, legitimação e memória.

7.6 Internacionalismos concorrentes

Comunismo organizou partidos e redes pela Internacional Comunista; movimentos pan-africanos conectaram diáspora e continente; feministas construíram associações internacionais; pacifistas, igrejas, cientistas e cooperativistas criaram fóruns. Fascistas também formaram redes e admiraram experiências externas. O período não possuía um único internacionalismo liberal.

Congressos e impressos permitiam circulação, mas passaportes, polícia e recursos limitavam participação. Ativistas reinterpretavam ideias ao chegar a contextos locais. Uma resolução de congresso não prova mobilização de massa, mas documenta linguagem, alianças e horizontes possíveis.

Instituição ou rede	Instrumento	Realização	Limite estrutural
Liga das Nações	Debate, arbitragem e sanção	Administração de disputas e cooperação	Dependência das potências
Mandatos	Relatório e comissão	Supervisão internacional limitada	Ausência de consentimento colonial
OIT	Convenção e tripartismo	Normas globais do trabalho	Ratificação e exclusões

Instituição ou rede	Instrumento	Realização	Límite estrutural
Internacional Comunista	Partido, congresso e treinamento	Rede revolucionária global	Direção soviética crescente
Pan-africanismo	Congresso, imprensa e associação	Linguagem de raça e soberania	Recursos e representação desiguais

Mito versus evidência: Mito: a Liga nada fez e desapareceu sem legado. Evidência: falhou diante de grandes agressões, mas criou arquivos, normas e práticas em trabalho, saúde, refugiados, mandatos e cooperação que influenciaram instituições posteriores.

Leituras-base do capítulo: Susan Pedersen, *The Guardians*; Patricia Clavin, *Securing the World Economy*; Daniel Maul, *The International Labour Organization*; Glenda Sluga, *Internationalism in the Age of Nationalism*; Mark Mazower, *Governing the World*.

8. Oriente Médio e sul da Ásia: reforma, mandato e anticolonialismo

8.1 Mandatos e novas monarquias

No Iraque, britânicos combinaram administração, força militar e monarquia hachemita; revolta de 1920 mostrou rejeição ampla ao governo direto. Tratados transferiram funções e preservaram influência. Transjordânia desenvolveu emirado sob mandato britânico. Na Palestina, compromisso britânico com um lar nacional judaico coexistiu com população árabe majoritária e promessas imperiais concorrentes, produzindo disputa sobre imigração, terra e representação.

França criou arranjos territoriais na Síria e Líbano, negociando com elites e reprimindo a grande revolta síria de 1925-1927. Estados novos não eram meras invenções cartográficas: possuíam cidades, redes administrativas e identidades em formação. Porém fronteiras e regimes foram moldados por ocupação e mandato, limitando soberania.

8.2 República turca, Irã e Afeganistão

Turquia aprofundou centralização e secularização, adotou alfabeto latino e reformas civis, promoveu indústria estatal e identidade nacional. Participação eleitoral e direitos femininos avançaram em certos campos, enquanto regime de partido único limitava oposição. A questão curda mostrou custo da homogeneização. Reforma transformou instituições, mas não eliminou religião nem diversidade social.

No Irã, Reza Shah construiu exército, infraestrutura e burocracia, restringiu autonomias e buscou reduzir influência externa. Modernização autoritária alterou vestuário, educação e propriedade, com efeitos desiguais. Afeganistão de Amanullah tentou reformas rápidas após independência externa, enfrentou oposição e mudança de regime. Nenhum caso confirma fórmula universal entre soberania e ocidentalização.

8.3 Índia após a guerra

O esforço de guerra britânico ampliou impostos, recrutamento, inflação e expectativa de reforma. Leis de 1919 introduziram representação limitada e mantiveram poderes de exceção. A repressão em Amritsar tornou-se marco de ilegitimidade imperial. Gandhi transformou satyagraha, boicote e não cooperação em mobilização de massa, articulando disciplina, religião, economia doméstica e política.

Congresso Nacional Indiano não era socialmente homogêneo. Trabalhadores, camponeses, mulheres, empresários, castas oprimidas, muçulmanos, sikhs e príncipes possuíam agendas próprias. B. R. Ambedkar criticou hierarquia de castas e disputou representação. A Liga Muçulmana passou por mudanças até defender, na década de 1940, um Estado separado. Independência não possuía forma predeterminada.

8.4 Sal, trabalho e governo provincial

A marcha do sal de 1930 converteu monopólio fiscal em símbolo acessível, mas desobediência civil assumiu formas regionais diferentes. Repressão, negociação e pactos alternaram-se. A Lei de Governo da Índia de 1935 criou autonomia provincial e eleições, mantendo centro e defesa sob controle britânico. Governos do Congresso após 1937 adquiriram experiência administrativa.

Industrialização têxtil, ferrovias e cidades ampliaram classe trabalhadora e sindicatos. Camponeses enfrentaram renda, dívida e preços. Mulheres participaram de piquetes, marchas e associações, sem igualdade automática dentro dos movimentos. Nacionalismo operava em instituições coloniais ao mesmo tempo que as contestava.

8.5 Segunda Guerra e Quit India

A Índia entrou na guerra por decisão britânica sem consulta a representantes indianos. Congresso exigiu compromisso de independência e renunciou a ministérios; Liga Muçulmana ampliou posição. Missão Cripps fracassou. O movimento Quit India de 1942 foi reprimido e lideranças presas, enquanto ações locais continuaram. Subhas Chandra Bose buscou apoio do Eixo e organizou Exército Nacional Indiano, escolha controversa dentro do anticolonialismo.

Milhões de indianos serviram nas forças aliadas. Economia de guerra ampliou indústria e inflação. A fome de Bengala de 1943 resultou da combinação de perda de importações, políticas de guerra, mercado, transporte e falhas administrativas; explicações que a reduzem apenas à produção ignoram decisões e distribuição. A guerra enfraqueceu legitimidade imperial e reorganizou forças políticas.

8.6 Conexões entre regiões

Ativistas árabes, turcos, iranianos e indianos acompanhavam uns aos outros por imprensa, peregrinação, universidade e diáspora. Pan-islamismo, socialismo, liberalismo, nacionalismo e reforma religiosa cruzaram fronteiras. O fim do califado otomano provocou mobilização Khilafat na Índia, depois reconfigurada. Ideias não viajavam intactas; eram adaptadas a instituições e conflitos locais.

Petróleo cresceu em importância no Iraque, Irã e golfo, ligando concessões a soberania. Canal de Suez e rotas do Índico permaneceram estratégicos. Companhias, tratados e bases militares podiam limitar independência sem anexação formal. Império funcionava por território e por infraestrutura.

Caso	Forma de poder	Mobilização	Contradição
Iraque	Mandato, monarquia e tratado	Revolta, parlamento e partido	Independência com influência britânica
Síria e Líbano	Mandato francês e divisões administrativas	Revolta, elite urbana e sindicato	Tutela versus soberania
Turquia	República centralizada	Partido, escola e reforma	Modernização com homogeneização
Irã	Monarquia reformista autoritária	Exército, estrada e burocracia	Soberania sob pressão externa
Índia	Raj e autonomia provincial limitada	Congresso, Liga, sindicatos e movimentos sociais	Governo representativo sem independência

Mito versus evidência: Mito: fronteiras do Oriente Médio foram desenhadas em uma única reunião e sociedades apenas as receberam. Evidência: acordos imperiais importaram, mas guerra, revoltas, elites locais, cidades, instituições otomanas e negociações posteriores também moldaram Estados.

Leituras-base do capítulo: James Gelvin, *The Modern Middle East*; Eugene Rogan, *The Fall of the Ottomans*; Judith Brown, *Gandhi*; Sugata Bose e Ayesha Jalal, *Modern South Asia*; Barbara e Thomas Metcalf, *A Concise History of Modern India*.

9. África e Caribe entre guerras: trabalho, cidades e soberania

9.1 Consequências africanas da Primeira Guerra

Campanhas em Togo, Camarões, Sudoeste Africano e África Oriental mobilizaram soldados e grande número de carregadores. Requisições, deslocamentos e doença afetaram populações. Territórios alemães foram redistribuídos como mandatos a britânicos, franceses, belgas, sul-africanos, japoneses, australianos e neozelandeses. Mudança de administrador não garantiu alívio; políticas variaram.

Veteranos e trabalhadores retornaram com experiências novas, mas mobilização política dependeu de contextos locais. Chefias, missões, associações étnicas, sindicatos, igrejas e jornais tornaram-se canais de reivindicação. Colonialismo continuou forte, porém precisava justificar tutela diante de supervisão internacional e crítica crescente.

9.2 Trabalho, imposto e terra

Impostos monetários pressionavam acesso a trabalho assalariado. Mineração no sul e centro africano, cacau na Costa do Ouro, amendoim no Senegal, algodão em diversas colônias e cobre no norte da Rodésia conectavam produtores a preços mundiais. Governos usaram chefias e intermediários para arrecadar e recrutar, reinventando tradições e autoridade.

Trabalho forçado ou obrigatório foi empregado em estradas, plantações e obras. A Convenção da OIT de 1930 criou parâmetros, mas exceções coloniais e aplicação gradual mantiveram coerção. Migrantes negociavam contratos, desertavam, organizavam greve e construíam redes urbanas. Mulheres sustentavam agricultura e mercados, frequentemente ausentes das estatísticas formais.

9.3 Cidades, educação e novas políticas

Dacar, Lagos, Acra, Nairóbi, Joanesburgo, Léopoldville e outros centros cresceram por administração, porto, mineração e comércio. Moradia, passe, saneamento e segregação tornaram-se campos de conflito. Trabalhadores criaram sindicatos e associações; professores, clérigos e jornalistas formularam crítica. Educação colonial era limitada, mas produziu intermediários que podiam servir e contestar o Estado.

Igrejas independentes e movimentos religiosos combinaram autonomia espiritual e social. Associações femininas lutaram por mercados, impostos e representação. Protesto não seguia linha única até o nacionalismo: podia buscar redução fiscal, direitos urbanos, reforma de chefias, cidadania imperial ou independência.

9.4 Etiópia e a crise da Liga

A Itália fascista invadiu a Etiópia em 1935. A Liga declarou agressão e aplicou sanções incompletas, sem impedir conquista. Grã-Bretanha e França priorizaram cálculos europeus e evitaram medidas decisivas. A guerra demonstrou desigualdade racial da segurança coletiva e fortaleceu críticas africanas e diaspóricas.

Etiópes organizaram resistência durante ocupação; soberania foi restaurada em 1941 com campanha aliada e forças etiópes. A vitória italiana inicial não provou ausência de Estado ou agência africana. Mostrou diferença material, isolamento diplomático e limite das instituições internacionais.

9.5 África do Sul e segregação

A União Sul-Africana possuía domínio autogovernado para população branca, enquanto maioria negra era excluída. Leis de terra, passes, trabalho e representação consolidaram segregação antes do apartheid formal de 1948. Mineiros, trabalhadores urbanos, comunidades rurais, Congresso Nacional Africano, sindicatos e organizações femininas contestaram medidas por estratégias diversas.

Industrialização e guerra ampliaram população urbana africana, criando pressão sobre controles. Nacionalismo africâner ganhou instituições culturais e políticas; trabalhadores brancos defenderam proteção racial em vários momentos. O Estado nacional sul-africano funcionava simultaneamente como membro do império e regime colonial interno.

9.6 Caribe, pan-africanismo e guerra

Ilhas caribenhas enfrentaram dependência de açúcar, desemprego, migração e governo colonial. Greves e revoltas trabalhistas dos anos 1930 em Jamaica, Trinidad, Barbados e outras colônias conectaram salário, dignidade e representação. Comissões imperiais recomendaram reformas, mas movimentos criaram partidos e sindicatos que impulsionariam descolonização.

Marcus Garvey e a UNIA construíram movimento transnacional a partir de Harlem e redes caribenhas, promovendo orgulho negro, empreendimento e redenção africana, com programa e organização controversos. Congressos pan-africanos reuniram intelectuais e ativistas. A invasão da Etiópia mobilizou diásporas e mostrou como soberania africana tinha significado global.

Espaço	Economia política	Forma de controle	Contestação
África ocidental	Produção camponesa e porto	Imposto, chefia e monopólio	Associação, jornal e sindicato
África central	Mineração e concessão	Trabalho, empresa e administração	Migração, igreja e greve
África oriental	Terra, ferrovia e colonato	Reserva, passe e autoridade indireta	Petição, associação e resistência
África do Sul	Mineração e indústria	Segregação legal e laboral	Congresso, sindicato e ação comunitária
Caribe	Açúcar, petróleo e migração	Governo colonial e propriedade concentrada	Revolta trabalhista e partido

Mito versus evidência: Mito: nacionalismo africano começou apenas depois de 1945. Evidência: associações, igrejas, sindicatos, jornais, pan-africanismo e resistências já acumulavam experiências, embora independência ainda não fosse a única meta.

Leituras-base do capítulo: Frederick Cooper, *Africa since 1940*; John Iliffe, *Africans*; Hakim Adi, *Pan-Africanism*; Susan Pedersen, *The Guardians*; UNESCO, *General History of Africa*, volumes VII e VIII.

10. China, Japão e a crise da ordem no leste asiático

10.1 China fragmentada e mobilizada

A República da China criada em 1912 não controlou imediatamente território unificado. Yuan Shikai concentrou poder e, após sua morte, comandantes regionais dominaram diversas províncias. Governo de Pequim possuía reconhecimento internacional, enquanto redes locais, militares, empresários e estudantes disputavam autoridade. Fragmentação não significava ausência de instituições ou mercado nacional.

Na Conferência de Paz, concessões alemãs em Shandong foram transferidas ao Japão, provocando Movimento Quatro de Maio em 1919. Estudantes protestaram, comerciantes boicotaram e trabalhadores participaram. O movimento conectou soberania, ciência, língua, cultura e crítica social. Nacionalismo chinês passou a incorporar programas concorrentes liberais, comunistas e nacionalistas.

10.2 Nacionalistas e comunistas

Partido Nacionalista, reorganizado por Sun Yat-sen, recebeu apoio soviético e cooperou com o Partido Comunista fundado em 1921. A Expedição do Norte buscou derrotar comandantes e reunificar. Após 1927, Chiang Kai-shek rompeu com comunistas e consolidou governo em Nanquim, com controle desigual sobre províncias.

A década de Nanquim criou ministérios, legislação, moeda e infraestrutura, mas dependia de alianças regionais e enfrentava invasão japonesa. Comunistas sobreviveram em bases rurais, experimentaram reforma agrária e passaram pela Longa Marcha. Nenhum partido representava toda a sociedade; ambos construíram Estado em guerra.

10.3 Império japonês e política doméstica

Japão saiu da Primeira Guerra com territórios e posição ampliada. Parlamentarismo e partidos cresceram nos anos 1920; sufrágio masculino universal foi adotado em 1925, junto a lei de preservação da paz contra dissidência. Sindicatos, movimentos femininos e agricultores mobilizaram-se. Império e democracia limitada coexistiram.

Crise econômica, poder de oficiais e nacionalismo enfraqueceram governos partidários. O Exército de Kwantung promoveu ocupação da Manchúria em 1931 e criou Manchukuo. Autoridades civis nem sempre controlaram iniciativa militar, mas o Estado apoiou expansão. Japão retirou-se da Liga após condenação, aprofundando ordem regional própria.

10.4 Colonialismo em Coreia, Taiwan e Manchúria

Na Coreia, domínio japonês combinou polícia, terra, indústria, educação e assimilação. Movimento Primeiro de Março de 1919 mobilizou independência por protestos amplos; repressão foi seguida por administração cultural mais flexível em aparência, sem soberania. Ativistas operaram na península, China, União Soviética, Japão e diásporas.

Taiwan tornou-se laboratório colonial de infraestrutura, saúde e produção, sob desigualdade política. Manchukuo foi apresentado como Estado multinacional, mas dependia do exército japonês e de colonização. Empresas e planejamento industrial ligaram ferrovia, mineração e migração. Modernização material não legítima ausência de consentimento.

10.5 Guerra sino-japonesa

Confronto em 1937 expandiu-se para guerra de grande escala. Japão ocupou cidades e corredores, mas não destruiu resistência chinesa. Governo nacionalista recuou para Chongqing; comunistas ampliaram bases; governos colaboracionistas administraram áreas ocupadas. Bombardeio, requisição e deslocamento atingiram civis. Crimes de guerra japoneses são amplamente documentados e devem ser estudados por ordens, unidades, ocupação e testemunhos, sem linguagem gráfica.

China recebeu ajuda soviética e depois aliada, mas enfrentou bloqueio, inflação e crise fiscal. Nacionalistas suportaram grande parte do combate convencional; comunistas usaram guerra de guerrilha e construção política. A trégua entre rivais era parcial. A guerra contra Japão e a futura guerra civil estavam interligadas.

10.6 Sudeste Asiático e a ordem imperial

Japão apresentou sua expansão como libertação da Ásia, mas buscou recursos, bases e hierarquia regional. A ocupação do Sudeste Asiático após 1941 derrubou autoridades europeias e mobilizou administrações locais, nacionalistas e trabalho coercitivo. Alguns movimentos cooperaram taticamente e depois reivindicaram independência; outros resistiram desde cedo.

O colapso temporário de britânicos, franceses e neerlandeses destruiu mito de invencibilidade europeia. Contudo, substituição de império europeu por império japonês não era descolonização. Experiências de governo, armas e mobilização acelerariam conflitos de independência após 1945.

Formação	Projeto estatal	Instrumento	Contradição
China nacionalista	Unificação e modernização	Partido, exército e ministério	Controle provincial e guerra
Comunistas chineses	Revolução social e soberania	Base rural, partido e guerrilha	Recursos limitados e conflito interno
Japão imperial	Bloco regional autárquico	Indústria, marinha e ocupação	Coerção e resistência asiática
Coreia colonial	Integração ao império japonês	Polícia, escola e economia	Assimilação sem cidadania igual
Manchukuo	Estado-modelo sob tutela	Ferrovia, planejamento e propaganda	Dependência militar japonesa

Mito versus evidência: Mito: militaristas tomaram um Japão democrático completamente pacífico. Evidência: partidos e sociedade civil existiam, mas colonialismo já era estrutural; crise, instituições militares e apoio social seletivo radicalizaram expansão.

Leituras-base do capítulo: Rana Mitter, *Forgotten Ally*; Louise Young, *Japan's Total Empire*; Andrew Gordon, *A Modern History of Japan*; Odd Arne Westad, *Restless Empire*; Parks Coble, *China's War Reporters*.

11. Américas: revolução, reforma estatal e poder hemisférico

11.1 Estados Unidos entre guerra e poder financeiro

Os Estados Unidos entraram na Primeira Guerra em 1917 e emergiram como credor central. Senado rejeitou participação na Liga, mas o país não se isolou economicamente: bancos, investimentos, diplomacia e marinha continuaram influentes. Imigração foi restringida por cotas raciais e nacionais nos anos 1920; cidadania e direitos eram marcados por segregação e exclusão.

Grande Migração levou milhões de afro-americanos do sul a cidades do norte e oeste, alterando trabalho, cultura e política. Renascimento do Harlem articulou literatura, música e pensamento negro. Violência racial e discriminação coexistiram com organização comunitária, imprensa e campanhas jurídicas. Democracia norte-americana era potência imperial e ordem racial disputada.

11.2 Revolução Mexicana e Constituição

A Revolução Mexicana reuniu coalizões contra Porfirio Díaz e depois guerras entre projetos. Madero defendeu democracia; zapatistas exigiram terra e autonomia local; constitucionalistas construíram novo Estado; Villa articulou forças do norte. A Constituição de 1917 reconheceu direitos sociais, propriedade nacional de recursos e reforma agrária, mas execução foi gradual e conflituosa.

Nos anos 1920 e 1930, governos construíram partido, escola, exército nacional e negociação com trabalhadores e camponeses. Lázaro Cárdenas aprofundou distribuição de terra e nacionalizou petróleo em 1938. O regime institucionalizou a revolução, ampliando inclusão e controle. Corporativismo podia oferecer representação e limitar autonomia simultaneamente.

11.3 Brasil: de república oligárquica ao Estado Novo

O Brasil participou da Primeira Guerra de forma limitada, mas sofreu efeitos comerciais e sanitários. Greves, movimento tenentista, modernismo e organização negra revelaram sociedade em mudança. A crise de 1929 atingiu café e receitas. A Revolução de 1930 levou Getúlio Vargas ao poder, enfraqueceu antigas oligarquias e iniciou reorganização centralizadora.

Constituição de 1934 ampliou legislação social e incorporou voto feminino, mas conflito político cresceu. Integralistas, comunistas, liberais e forças regionais disputaram direção. Em 1937, Vargas instaurou Estado Novo, fechou Congresso, censurou e concentrou poder. Leis trabalhistas e industrialização ampliaram direitos regulados ao mesmo tempo que sindicatos foram subordinados e trabalhadores rurais permaneceram amplamente excluídos.

11.4 Boa Vizinhança e guerra

Estados Unidos substituíram ocupações diretas frequentes por Política de Boa Vizinhança, sem abandonar poder econômico e diplomático. Acordos comerciais, cultura de massa e cooperação militar reorganizaram influência. Ditaduras caribenhas e centro-americanas mantiveram apoio externo conforme cálculo estratégico.

Durante a Segunda Guerra, Brasil negociou bases e financiamento industrial, entrou ao lado dos Aliados e enviou Força Expedicionária à Itália. México contribuiu com recursos, trabalho e unidade aérea. Caribe protegeu rotas e forneceu matérias-primas. A retórica antifascista aumentou pressão contra ditaduras e racismo no hemisfério.

11.5 Argentina e neutralidade

Argentina possuía economia exportadora, urbanização e forte movimento trabalhista. Golpe de 1930 inaugurou década de fraude e governo conservador, sob efeitos da depressão. Relação comercial com Grã-Bretanha e nacionalismos militares influenciaram política externa. Neutralidade na maior parte da Segunda Guerra refletiu tradição diplomática e disputa interna, não simples adesão ao Eixo.

Golpe de 1943 abriu caminho para ascensão de Juan Perón na área trabalhista. Sindicatos e Estado construíram nova coalizão que se consolidaria após 1945. O caso mostra como guerra global podia reordenar política doméstica sem ocupação ou combate no território.

11.6 Povos indígenas, terra e cidadania

Estados nacionais continuaram a expandir infraestrutura e autoridade sobre territórios indígenas. México incorporou indigenismo oficial; Estados Unidos concederam cidadania a indígenas em 1924 e reorganizaram políticas sob o Indian Reorganization Act de 1934; países andinos combinaram integração, tutela e repressão. Cidadania jurídica não garantia soberania territorial.

Movimentos indígenas, camponeses e comunitários defenderam terra, idioma e autoridade local. Intelectuais indigenistas podiam criticar racismo e ao mesmo tempo falar em nome de comunidades. A história hemisférica exige distinguir reforma social de autodeterminação.

Caso	Reorganização estatal	Base social	Límite
Estados Unidos	Regulação, New Deal e poder hemisférico	Eleitores, empresas e sindicatos	Segregação e cidadania desigual
México	Estado revolucionário e corporativismo	Camponeses, trabalhadores e militares	Controle partidário e conflitos regionais
Brasil	Centralização, legislação social e indústria	Trabalhadores urbanos e novas burocracias	Ditadura e exclusão rural
Argentina	Conservadorismo, golpe e política trabalhista	Exportadores, militares e sindicatos	Fraude e instabilidade institucional
Caribe	Reforma colonial e bases estratégicas	Trabalhadores, partidos e impérios	Soberania limitada

Mito versus evidência: Mito: as Américas permaneceram fora da crise dos impérios. Evidência: poder dos Estados Unidos, revolução mexicana, centralizações autoritárias, dependência comercial e lutas por cidadania reorganizaram formas imperiais e nacionais.

Leituras-base do capítulo: Alan Knight, *The Mexican Revolution*; Thomas Skidmore, *Politics in Brazil, 1930-1964*; Boris Fausto, *História do Brasil*; Greg Grandin, *Empire's Workshop*; Eric Rauchway, *The Great Depression and the New Deal*.

12. A Grande Depressão e as respostas do Estado

12.1 Uma crise internacional

A quebra da bolsa de Nova York em 1929 foi um marco, não explicação completa. Crédito internacional frágil, dívidas de guerra, reparações, desigualdade, excesso de capacidade em alguns setores e padrão-ouro conectavam economias. Falências bancárias e contração monetária reduziram investimento e consumo. Comércio caiu quando governos elevaram tarifas e defenderam moedas e reservas.

Impacto variou. Países que abandonaram padrão-ouro mais cedo puderam recuperar política monetária; economias exportadoras sofreram com preços de café, trigo, açúcar, borracha, cobre e outros produtos. Colônias transferiram parte do ajuste a produtores e trabalhadores. Crise global não significou experiência idêntica.

12.2 Desemprego, pobreza e política

Desemprego industrial atingiu famílias, bairros e identidades profissionais. Muitos não apareciam nas estatísticas, especialmente mulheres, trabalhadores informais, rurais e coloniais. Sistemas de auxílio distinguiam merecimento e fiscalizavam vida doméstica. Migração, retorno ao campo e redes comunitárias foram estratégias de sobrevivência.

Protestos exigiram emprego, seguro, redução de despejos e reforma. Comunistas, social-democratas, sindicatos, igrejas, organizações de bairro e partidos de direita disputaram interpretação. Crise não levou automaticamente ao fascismo: instituições, coalizões e decisões de elites determinaram caminhos nacionais.

12.3 New Deal

Franklin Roosevelt assumiu em 1933 e adotou reforma bancária, obras públicas, auxílio, regulação agrícola, previdência e direitos trabalhistas. O New Deal não foi plano único pronto; programas foram testados, julgados e substituídos. Ampliou capacidade federal e reconhecimento de sindicatos, mas recuperação permaneceu incompleta até mobilização de guerra.

Políticas reproduziram exclusões. Trabalhadores agrícolas e domésticos, muitos afro-americanos, ficaram fora de proteções iniciais; administração local podia discriminar. Projetos de obras ofereceram renda e infraestrutura, mas grandes barragens e intervenções ambientais deslocaram comunidades. Reforma social e desigualdade coexistiram.

12.4 Europa: democracia, austeridade e planejamento

Grã-Bretanha abandonou ouro e desenvolveu recuperação desigual, com áreas novas de indústria e regiões deprimidas. Países escandinavos construíram compromissos entre agricultores, trabalhadores e Estado. França sofreu crise mais tarde; Frente Popular de 1936 aprovou férias, jornada e negociação, enfrentando fuga de capital e divisão política.

Alemanha adotou austeridade sob Brüning, elevando desemprego e enfraquecendo coalizões antes do governo nazista. Depois de 1933, obras, conscrição e rearmamento reduziram desemprego, enquanto repressão destruiu sindicatos independentes. Recuperação não prova superioridade econômica fascista: priorizou guerra, controle e exclusão.

12.5 União Soviética e industrialização

Por estar fora do sistema capitalista internacional, a União Soviética não sofreu crise bancária do mesmo modo. Planos quinquenais mobilizaram investimento em indústria pesada, energia e transporte. Observadores estrangeiros viram alternativa ao desemprego, frequentemente sem perceber ou divulgar coerção, escassez e fome.

Planejamento construiu capacidade militar-industrial decisiva, mas com custos humanos e materiais enormes. Metas incentivavam distorção de informação; trabalho forçado e disciplina rígida integraram sistema. Comparar resultados exige distinguir crescimento agregado, consumo, liberdade laboral e segurança social.

12.6 Economias coloniais e substituição de importações

Preços baixos reduziram receitas coloniais e renda camponesa. Governos mantiveram impostos, incentivaram culturas específicas e reprimiram protestos. Japão buscou bloco de recursos; impérios europeus criaram preferências comerciais. Autarquia era projeto político e imperial, nunca independência completa de comércio.

Na América Latina, crise enfraqueceu oligarquias exportadoras e estimulou indústria substitutiva em países como Brasil, México e Argentina. Estados regularam câmbio, compraram estoques e investiram em infraestrutura. Industrialização criou novas classes e dependências de máquinas, combustíveis e capital.

Resposta	Instrumento	Benefício possível	Limite ou custo
New Deal	Regulação, obras e proteção social	Emprego, segurança e capacidade federal	Exclusões raciais e recuperação parcial
Social-democracia	Coalizão, seguro e negociação	Proteção e legitimidade	Base fiscal e cobertura variáveis
Planejamento soviético	Meta, investimento e propriedade estatal	Indústria pesada acelerada	Coerção, escassez e informação distorcida
Autarquia fascista	Controle, rearmamento e bloco imperial	Emprego e preparação militar	Consumo comprimido e expansão agressiva
Substituição de importações	Câmbio, tarifa e empresa estatal	Indústria nacional	Dependência tecnológica e desigualdade

Mito versus evidência: Mito: todos os países responderam à Depressão com o mesmo aumento do Estado. Evidência: intervenção cresceu por instrumentos diferentes e produziu combinações distintas de proteção, repressão, planejamento, imperialismo e negociação social.

Leituras-base do capítulo: Barry Eichengreen, *Golden Fetters*; Charles Kindleberger, *The World in Depression*; Charles Feinstein, Peter Temin e Gianni Toniolo, *The European Economy between the Wars*; Eric Rauchway, *The Great Depression and the New Deal*; Dietmar Rothermund, *The Global Impact of the Great Depression*.

13. Fascismos, nazismo e autoritarismos em comparação

13.1 O fascismo italiano

Fascismo surgiu de guerra, nacionalismo, antissocialismo e mobilização paramilitar. Esquadristas atacaram sindicatos e administrações socialistas com tolerância ou apoio de proprietários e autoridades. Mussolini foi nomeado primeiro-ministro em 1922 dentro de mecanismo monárquico; o regime tornou-se ditadura gradualmente, destruindo partidos, imprensa livre e autonomia sindical.

Estado corporativo prometia superar conflito de classes, mas corporações eram subordinadas ao regime. Partido, polícia, escola, juventude, propaganda e culto ao líder buscaram mobilização. Monarquia, Igreja, burocracia e elites econômicas mantiveram espaços próprios. Ditadura fascista não era controle total perfeito; dependia de pactos e coerção.

13.2 Nazismo e tomada do Estado

Partido Nazista combinou ultranacionalismo, antissemitismo racial, anticomunismo, liderança carismática e promessa de comunidade popular. Cresceu eleitoralmente durante Depressão, mas nunca obteve maioria absoluta em eleição livre nacional. Hitler foi nomeado chanceler em 1933 por elites conservadoras que imaginaram controlá-lo. Incêndio do Reichstag, decreto de emergência e Lei de Plenos Poderes desmontaram garantias.

Sindicatos foram dissolvidos, partidos proibidos e governos regionais coordenados. Polícia política, campos de concentração iniciais e tribunais perseguiram opositores. O regime ofereceu emprego, rearmamento, consumo seletivo e pertencimento a quem definia como racialmente alemão. Inclusão e exclusão eram partes do mesmo projeto.

13.3 Racismo de Estado e antissemitismo

Leis de Nuremberg de 1935 retiraram cidadania plena dos judeus e proibiram relações definidas como raciais. Perseguição excluiu pessoas de profissões, escolas, propriedade e espaço público. Roma e Sinti, pessoas com deficiência, negros alemães, homossexuais, testemunhas de Jeová e outros grupos foram alvos de políticas específicas. Antissemitismo possuía função central e escalou com guerra.

Racismo nazista dialogava com tradições europeias, colonialismo, eugenia e legislações estrangeiras, mas formou projeto próprio radical. Comparação transnacional não reduz responsabilidade alemã; mostra circulação de classificações e técnicas. A passagem da discriminação ao genocídio será examinada no capítulo 16.

13.4 Sociedade, consentimento e coerção

Regimes não sobrevivem apenas por medo nem apenas por popularidade. Emprego, política social racializada, propaganda, sucesso diplomático e revisão de Versalhes geraram apoio; vigilância, denúncia e repressão limitaram oposição. Opinião variava ao longo do tempo e por tema. Participação podia ser entusiástica, oportunista, conformista ou forçada.

Mulheres foram valorizadas como mães da comunidade nacional, sem serem excluídas de todo emprego. Organizações juvenis e lazer buscaram enquadrar vida social. Igrejas negociaram, adaptaram-se e por vezes protestaram em questões específicas. Resistência existiu, mas não formou maioria unificada antes da guerra.

13.5 Outros autoritarismos europeus

Portugal de Salazar construiu Estado Novo corporativo, católico e colonial; Espanha de Franco nasceu de guerra civil e combinou militares, falangistas, monarquistas e católicos; Hungria, Romênia, Polônia e outros países desenvolveram regimes autoritários diversos. Nem todos mobilizaram partido de massa ou buscaram revolução fascista.

Guerra Civil Espanhola tornou-se conflito interno e internacional. Alemanha e Itália apoiaram nacionalistas; União Soviética apoiou república; voluntários estrangeiros formaram Brigadas Internacionais; democracias adotaram não intervenção. Divisões entre republicanos, socialistas, comunistas e anarquistas influenciaram derrota. A ditadura franquista durou depois de 1945 sem ser simples cópia do nazismo.

13.6 Fascismo e império

Itália invadiu Etiópia e ocupou Albânia; Alemanha buscou espaço vital no leste europeu; Japão construiu ordem imperial na Ásia, embora seu sistema político não fosse reprodução exata do fascismo europeu. Expansão oferecia terra, recurso, prestígio e reorganização racial. Império era núcleo, não apêndice, desses projetos.

Movimentos de direita fora do Eixo adaptaram estética e organização. Integralismo brasileiro criou partido de massa, mas foi reprimido pelo Estado Novo após ruptura. Comparação precisa distinguir movimento fascista de governo autoritário que seleciona elementos fascistas. Sem essa distinção, o conceito perde capacidade explicativa.

Regime ou movimento	Base institucional	Projeto mobilizador	Especificidade
Fascismo italiano	Partido, monarquia e Estado corporativo	Nação, disciplina e império	Modelo fundador fascista
Nazismo alemão	Partido-Estado, polícia e burocracia	Comunidade racial e expansão	Antissemitismo genocida central
Franquismo espanhol	Exército, Igreja e coalizão de direita	Ordem, catolicismo e anticomunismo	Ditadura de guerra civil
Salazarismo português	Burocracia, Igreja e corporativismo	Autoridade, ruralismo e império	Mobilização de massa limitada
Integralismo brasileiro	Partido de massa sem controle estatal	Nacionalismo, ordem e corporativismo	Movimento derrotado pelo Estado Novo

Mito versus evidência: Mito: qualquer ditadura nacionalista é fascista. Evidência: fascismo exige análise de mobilização, partido, ideologia, violência, projeto de transformação e império; autoritarismos podiam compartilhar elementos sem formar o mesmo regime.

Leituras-base do capítulo: Robert Paxton, *The Anatomy of Fascism*; Emilio Gentile, *The Sacralization of Politics in Fascist Italy*; Ian Kershaw, *The Nazi Dictatorship*; Richard Evans, *The Third Reich trilogy*; Aristotle Kallis, *Fascist Ideology*.

14. Da Manchúria à Polônia: caminhos para uma nova guerra

14.1 Manchúria e Etiópia

A ocupação japonesa da Manchúria em 1931 demonstrou iniciativa militar e incapacidade da Liga de reverter conquista. O relatório Lytton rejeitou legitimidade plena de Manchukuo, mas sanções decisivas não vieram. Distância, interesses das potências e crise econômica reduziram ação. Precedente encorajou revisão pela força.

A invasão italiana da Etiópia em 1935 aprofundou crise. Sanções omitiram recursos estratégicos e não fecharam canal. Tentativas britânicas e francesas de acordo revelaram prioridade em manter Itália contra Alemanha. Para povos colonizados, segurança coletiva apareceu racialmente seletiva.

14.2 Revisão alemã

Alemanha saiu da conferência de desarmamento, reintroduziu conscrição, ampliou força aérea e remilitarizou Renânia. Cada passo testou adversários. Grã-Bretanha e França enfrentavam opinião pública pacifista, restrição econômica, anticomunismo e dúvidas sobre aplicação de Versalhes. A política chamada apaziguamento reuniu cálculo, atraso militar e esperança de revisão limitada.

Hitler interpretou concessões como oportunidade, mas também enfrentou riscos. Anschluss incorporou Áustria em 1938. Conferência de Munique transferiu Sudetos da Tchecoslováquia sem participação efetiva do governo tchecoslovaco; ocupação do restante em 1939 mostrou que reivindicação não era apenas autodeterminação alemã.

14.3 Guerra Civil Espanhola

O golpe militar de 1936 falhou em tomar todo país e abriu guerra. Conflito envolveu reforma agrária, religião, autonomia regional, revolução social e reação conservadora. Bombardeio e repressão atingiram civis, mas formas e responsabilidades precisam ser documentadas por região e força. O conflito não foi mero ensaio externo, embora assistência estrangeira fosse decisiva.

Alemanha e Itália forneceram apoio substancial a Franco; União Soviética auxiliou república; México ofereceu apoio; democracias mantiveram embargo. A guerra fortaleceu cooperação do Eixo e produziu diáspora republicana. Vitória franquista em 1939 criou ditadura, mas Espanha permaneceu oficialmente fora da guerra mundial.

14.4 China e escalada asiática

A guerra sino-japonesa de 1937 já constituía grande guerra antes da invasão da Polônia. Ocupação japonesa buscava quebrar governo chinês e controlar recursos; resistência prolongada transformou cálculo. União Soviética, Estados Unidos e outras potências ajudaram China em ritmos diferentes. Embargos posteriores sobre petróleo e materiais pressionaram Japão.

Planejadores japoneses debateram expansão ao norte contra União Soviética ou ao sul contra impérios europeus e Estados Unidos. Derrotas fronteiriças para forças soviéticas em 1939 influenciaram opção meridional. Guerra europeia abriu oportunidade ao enfraquecer Países Baixos, França e Grã-Bretanha.

14.5 Pacto germano-soviético

Negociações entre União Soviética, Grã-Bretanha e França fracassaram em construir aliança. Em agosto de 1939, Alemanha e União Soviética assinaram pacto de não agressão com protocolo secreto sobre esferas na Europa oriental. Para Stalin, o acordo adiava guerra e deslocava fronteira; para Hitler, reduzia risco de duas frentes.

O pacto possibilitou invasão alemã da Polônia e ocupação soviética da parte oriental. União Soviética incorporou Estados bálticos, tomou territórios romenos e atacou Finlândia, enfrentando resistência. Cálculo de segurança soviético não elimina coerção sobre países e populações afetadas.

14.6 Setembro de 1939

Alemanha invadiu Polônia em 1º de setembro; Grã-Bretanha e França declararam guerra. Campanha combinou força aérea, unidades móveis e planejamento operacional, mas o termo blitzkrieg foi sistematizado depois e pode sugerir doutrina perfeita. Polônia combateu sob desvantagem geográfica e ataque de duas potências.

O início europeu em 1939 não deve apagar guerra asiática desde 1937, invasão italiana da Etiópia ou conflitos coloniais. A Segunda Guerra tornou-se única por conexão progressiva entre teatros. Sua cronologia depende da escala escolhida.

Crise	Agressor ou força revisionista	Resposta internacional	Efeito acumulado
Manchúria, 1931	Japão	Relatório sem reversão	Descrédito da Liga
Etiópia, 1935	Itália	Sanções incompletas	Segurança coletiva seletiva
Renânia, 1936	Alemanha	Não intervenção militar	Ganho estratégico alemão
Munique, 1938	Alemanha com acordo de potências	Cessão territorial	Desmembramento tchecoslovaco

Crise	Agressor ou força revisionista	Resposta internacional	Efeito acumulado
Polônia, 1939	Alemanha e depois União Soviética	Declaração anglo-francesa	Guerra europeia geral

Mito versus evidência: Mito: uma única política covarde causou a guerra. Evidência: agressões japonesas, italianas e alemãs, limites institucionais, anticomunismo, restrições militares, escolhas soviéticas e cálculos de vários governos formaram uma sequência contingente.

Leituras-base do capítulo: Zara Steiner, *The Triumph of the Dark*; Paul Preston, *The Spanish Civil War*; Rana Mitter, *Forgotten Ally*; Louise Young, *Japan's Total Empire*; Gerhard Weinberg, *A World at Arms*.

15. A Segunda Guerra Mundial como conflito global e imperial

15.1 Guerras conectadas

Entre 1939 e 1941, Alemanha derrotou Polônia, Dinamarca, Noruega, Países Baixos, Bélgica e França. Grã-Bretanha continuou com império e apoio crescente dos Estados Unidos. Itália entrou buscando ganhos. Alemanha invadiu União Soviética em junho de 1941; Japão atacou Pearl Harbor e impérios ocidentais em dezembro. Declarações subsequentes conectaram Europa, Atlântico, Mediterrâneo, África, Ásia e Pacífico.

Coalizões eram imperiais. Grã-Bretanha dependia de Índia, domínios, colônias, marinha mercante e finanças externas. França Livre mobilizou territórios africanos. União Soviética transferiu indústria e recrutou população multinacional. Estados Unidos combinaram produção continental, alianças e bases. China continuou guerra iniciada em 1937.

15.2 Produção, ciência e logística

Vitória aliada dependeu de indústria, petróleo, transporte, alimentos, inteligência e coordenação. Estados Unidos tornaram-se arsenal; União Soviética produziu enorme quantidade de armamentos apesar de invasão; império britânico protegeu rotas; China fixou forças japonesas. Empréstimo e Arrendamento distribuiu materiais, mas exigiu portos e escolta.

Radar, criptografia, medicina, foguetes e pesquisa nuclear receberam investimento. Ciência era coletiva e transnacional, frequentemente composta por refugiados. Tecnologia ampliou poder destrutivo, mas não eliminou geografia e trabalho. Caminhões, mecânicos, estivadores, ferroviários e agricultores sustentaram campanhas.

15.3 Mediterrâneo, África e Oriente Médio

Norte da África conectou defesa do Egito e canal, colônias italianas, petróleo e rotas imperiais. Forças britânicas, da Commonwealth, francesas livres, coloniais, alemãs e italianas combateram. Campanhas na África oriental restauraram soberania etíope e derrotaram colônias italianas, mas domínio colonial europeu continuou em grande parte.

Irã foi ocupado por britânicos e soviéticos em 1941 para garantir rota de suprimentos e petróleo; Reza Shah abdicou em favor do filho. Iraque viveu crise política e intervenção britânica. A guerra demonstrou soberania limitada de Estados formalmente independentes em corredores estratégicos.

15.4 Ásia e Pacífico

Japão conquistou rapidamente Malásia, Singapura, Filipinas, Índias Orientais Neerlandesas, Birmânia e ilhas. Vitória destruiu prestígio europeu, mas ocupação requisitou recursos, controlou alimentos e empregou trabalho coercitivo. Movimentos nacionalistas adotaram estratégias diversas entre colaboração tática, neutralidade e resistência.

Batalhas navais e aéreas reduziram expansão japonesa; campanha tornou-se guerra de ilhas, submarinos, bloqueio e bombardeio. China manteve frente continental. Soldados indianos combateram em vários teatros; africanos serviram no leste da África e Ásia; latino-americanos patrulharam Atlântico e atuaram em unidades aliadas.

15.5 Frente oriental

A invasão alemã da União Soviética foi guerra de conquista e aniquilação ideológica. Planejamento ligava território, recursos e hierarquia racial. Batalhas em Moscou, Stalingrado e Kursk alteraram iniciativa; evacuação industrial, profundidade territorial e mobilização soviética foram centrais. Ajuda aliada complementou, sem substituir, esforço soviético.

O regime soviético mobilizou patriotismo e memória russa junto a linguagem socialista, enquanto manteve coerção. Nacionalidades participaram em escala ampla; algumas comunidades foram deportadas coletivamente sob acusação de colaboração. A vitória custou destruição enorme e reforçou poder soviético na Europa oriental.

15.6 Guerra no Atlântico e nas sociedades

Submarinos buscaram cortar suprimentos britânicos; comboios, inteligência, aviação e produção naval inverteram disputa. Atlântico sul envolveu bases no Brasil, África ocidental e ilhas. Marinha mercante sofreu perdas e manteve circulação. Controle dos mares permitiu preparar invasões e sustentar aliados.

Racionamento, trabalho feminino, migração industrial e propaganda reorganizaram sociedades. Nos Estados Unidos, pessoas de ascendência japonesa foram encarceradas por decisão estatal baseada em raça e segurança presumida. Na Alemanha, trabalho estrangeiro coercitivo sustentou produção. Impérios recrutaram súditos prometendo reforma, enquanto mantinham desigualdade.

Coalizão ou potência	Capacidade central	Dependência	Límite
Estados Unidos	Produção, finanças e logística oceânica	Bases, aliados e recursos	Segregação e frentes distantes
União Soviética	População, indústria transferida e exército	Ajuda, ferrovia e mobilização coercitiva	Perdas e destruição territorial
Império Britânico	Marinha, bases e redes imperiais	Índia, domínios, colônias e crédito	Dívida e contestação colonial
China	Resistência continental prolongada	Ajuda externa e coalizão interna	Inflação e divisão política
Eixo	Iniciativa, exércitos experientes e impérios	Petróleo, transporte e ocupação	Coalizão frágil e sobre-extensão

Mito versus evidência: Mito: a Segunda Guerra foi vencida por uma única batalha, arma ou país. Evidência: vitória resultou da interação entre resistência soviética e chinesa, produção norte-americana, redes britânicas e coloniais, inteligência, logística e escolhas do Eixo.

Leituras-base do capítulo: Richard Overy, *Why the Allies Won*; Gerhard Weinberg, *A World at Arms*; Evan Mawdsley, *World War II*; Mark Harrison, ed., *The Economics of World War II*; Rana Mitter, *Forgotten Ally*.

16. Ocupação, perseguição, genocídio e resistência

16.1 Ocupações como governos

Ocupação militar exigia administrar alimento, trabalho, polícia, justiça, transporte e informação. Alemanha criou regimes diferentes no oeste, centro e leste europeu; Japão combinou administrações militares, governos subordinados e impérios coloniais; União Soviética reorganizou territórios ocupados ou anexados; aliados também governaram áreas conquistadas no fim da guerra. Formas jurídicas não eliminavam coerção.

Colaboração podia envolver ideologia, interesse, sobrevivência, rivalidade local ou coerção. Resistência incluía imprensa clandestina, inteligência, fuga, sabotagem, greve, abrigo, luta armada e preservação comunitária. Rótulos posteriores podem simplificar trajetórias que mudaram. Responsabilidade precisa ser individualizada sem ignorar estruturas.

16.2 Do antissemitismo ao genocídio

O regime nazista passou de exclusão legal e expropriação a concentração territorial, deportação e assassinato sistemático dos judeus europeus durante a guerra. A invasão da União Soviética radicalizou políticas; unidades de execução, polícia, exército, administrações civis, ferrovias e campos integraram processo. A chamada Solução Final foi política de Estado desenvolvida por decisões cumulativas e coordenação burocrática.

Cerca de seis milhões de judeus foram assassinados. O número representa pessoas e comunidades, não abstração. Estudar o Holocausto requer documentos dos perpetradores, testemunhos, registros locais e histórias de vida. Linguagem administrativa não deve ocultar intenção; imagens não devem ser usadas sem contexto e necessidade didática.

16.3 Outros grupos perseguidos

Roma e Sinti foram perseguidos e mortos em massa sob políticas raciais. Pessoas com deficiência foram alvos de programa de assassinato organizado pelo Estado. Poloneses, prisioneiros de guerra soviéticos, opositores políticos, homossexuais, testemunhas de Jeová e outros grupos sofreram perseguições específicas. Categorias, cronologias e objetivos não foram idênticos.

Reconhecer múltiplas vítimas não reduz centralidade do projeto de eliminar os judeus. Comparação deve evitar competição de sofrimento. A pergunta adequada é como ideologia, guerra, burocracia e participação local produziram políticas distintas.

16.4 Violência de ocupação na Ásia

O império japonês empregou repressão, trabalho coercitivo, deslocamento e violência sexual em territórios ocupados. Crimes cometidos na China, Sudeste Asiático e Pacífico são documentados por arquivos, testemunhos e tribunais. O sistema de exploração de mulheres conhecido como estações de conforto envolveu coerção e controle militar; deve ser tratado com linguagem informativa e respeito às sobreviventes.

Fome e escassez foram agravadas por requisições, ruptura de transporte e prioridades militares em várias regiões. Responsabilidade varia por administração e contexto. A retórica de coprosperidade contrastava com hierarquia racial e extração. Movimentos asiáticos não responderam de modo único, e escolhas sob ocupação não devem ser julgadas fora das restrições.

16.5 Resistências e resgates

Partisans atuaram na União Soviética, Iugoslávia, Polônia, França, Itália, Grécia, China, Filipinas e outros lugares. Alguns movimentos eram comunistas, nacionalistas, monarquistas ou coalizões. Relações com civis variavam; represálias ocupantes tornavam apoio arriscado. Resistência armada não foi única forma de ação.

Pessoas esconderam perseguidos, falsificaram documentos, criaram redes de fuga e mantiveram escolas ou práticas religiosas clandestinas. Conselhos e organizações judaicas operaram sob coerção extrema e não podem ser reduzidos a colaboração. Revoltas em guetos e campos demonstraram agência sem transformar resistência em requisito moral imposto às vítimas.

16.6 Justiça, prova e memória

Tribunais de Nuremberg e Tóquio processaram lideranças e definiram categorias jurídicas, com diferenças de alcance e seleção. Julgamentos nacionais e processos posteriores ampliaram registro. A crítica de justiça dos vencedores é relevante, mas não invalida provas nem crimes documentados. Deve levar a examinar jurisdição e omissões.

Memória do Holocausto, crimes japoneses, bombardeios, deslocamentos e colonialismo desenvolveu-se desigualmente. Guerra Fria, nacionalismo e diplomacia moldaram silêncio e reconhecimento. Museus, arquivos e educação têm responsabilidade de apresentar pessoas, decisões e evidências sem exploração visual do sofrimento.

Objeto de estudo	Evidência central	Risco de interpretação	Procedimento responsável
Política genocida	Ordem, relatório, transporte e testemunho	Eufemismo ou negação de intenção	Reconstruir cadeia institucional
Ocupação	Regulamento, diário e arquivo local	Reduzir sociedade a colaborador ou resistente	Localizar escolha e coerção
Trabalho coercitivo	Registro empresarial, estatal e memória	Tratar contrato como liberdade	Verificar recrutamento, saída e sanção
Resistência	Imprensa, rádio, rede e operação	Romantizar ou exigir heroísmo	Comparar meios, objetivos e riscos
Tribunal	Prova, acusação e sentença	Confundir julgamento com história total	Cruzar arquivos e casos omitidos

Princípio de estudo: O Holocausto e outras violências de massa devem ser explicados por ideologia, decisão, burocracia, guerra e ação humana. A precisão histórica protege a dignidade das vítimas e impede que o sofrimento seja transformado em espetáculo.

Leituras-base do capítulo: Raul Hilberg, *The Destruction of the European Jews*; Christopher Browning, *The Origins of the Final Solution*; Saul Friedländer, *Nazi Germany and the Jews*; Timothy Snyder, *Bloodlands*; Peter Duus, Ramon H. Myers e Mark R. Peattie, eds., *The Japanese Wartime Empire, 1931-1945*.

17. O mundo em 1945: ruína imperial, novas potências e futuros abertos

17.1 Derrota do Eixo

Alemanha foi ocupada e dividida em zonas; regime nazista foi dissolvido. Itália havia mudado de lado em 1943 e atravessado guerra civil e ocupação. Japão anunciou rendição após entrada soviética na guerra do Pacífico, bombardeios convencionais, bloqueio e uso norte-americano de bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Historiadores debatem peso relativo desses fatores; nenhuma explicação deve apagar civis ou contexto estratégico.

Europa e grande parte da Ásia enfrentavam cidades destruídas, produção interrompida, refugiados e falta de alimento. Reconstrução exigia administração, moradia, moeda, transporte e justiça. Libertação podia ser seguida por vingança, expulsão e disputa política. O fim militar não encerrou violência em todos os territórios.

17.2 Estados Unidos e União Soviética

Estados Unidos saíram com território continental preservado, indústria ampliada, marinha global e posição financeira dominante. União Soviética sofreu perdas e destruição enormes, mas controlava exército poderoso e ocupava parte da Europa. A aliança de guerra continha divergências sobre fronteiras, governos e segurança que estruturariam Guerra Fria.

Chamadas superpotências possuíam modelos e impérios diferentes. Estados Unidos defendiam mercados e instituições multilaterais, mantendo hierarquias raciais e redes de bases; União Soviética apresentava socialismo e antifascismo, impondo influência política em sua zona. Países menores buscariam espaços entre ou contra os blocos.

17.3 Nações Unidas e Bretton Woods

A Carta das Nações Unidas combinou soberania dos membros, direitos dos povos e Conselho de Segurança com veto das grandes potências. A ONU aprendeu com limites da Liga, mas preservou desigualdade institucional. Conferência de Bretton Woods criou Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento; o dólar tornou-se eixo monetário.

Organização internacional do pós-guerra não nasceu completa em um único momento. Direitos humanos, refugiados, comércio e descolonização seriam disputados depois. Delegações latino-americanas, asiáticas e de outros países contribuíram para linguagem e desenho. A ordem não foi apenas imposição de duas potências, embora recursos fossem desiguais.

17.4 Impérios europeus enfraquecidos

Grã-Bretanha e França venceram, mas estavam endividadas e dependentes. Países Baixos tentaram restaurar controle na Indonésia; França voltou à Indochina; britânicos enfrentaram mobilização na Índia, Palestina, Malásia e África. Tropas e trabalhadores coloniais haviam combatido em nome de liberdade, aumentando força moral e organizacional de reivindicações.

Impérios não desapareceram em 1945. Algumas elites metropolitanas imaginaram federações e reformas para preservá-los. Movimentos anticoloniais também divergiam sobre fronteira, economia, monarquia e cidadania. Descolonização seria negociação e guerra, não efeito automático da derrota europeia.

17.5 Ásia em transformação

Na Indonésia, Sukarno e Hatta proclamaram independência em agosto de 1945; Países Baixos tentaram retornar. No Vietnã, Viet Minh proclamou república; França buscou recompor império. Coreia foi dividida em zonas soviética e norte-americana. China retomou guerra civil entre nacionalistas e comunistas depois da derrota japonesa.

Japão seria ocupado sob liderança norte-americana, com reforma constitucional, desmilitarização e reorganização econômica. Seu império foi desfeito, mas memórias e disputas territoriais permaneceram. A retirada japonesa deixou armas, quadros e vazios de poder explorados por movimentos locais e potências externas.

17.6 Trabalho, cidadania e expectativas

Mobilização de guerra ampliou sindicatos, emprego feminino, planejamento, ciência e políticas sociais. Veteranos e trabalhadores exigiram segurança. Na Europa, programas de bem-estar ganharam impulso; nos Estados Unidos, benefícios a veteranos ampliaram educação e moradia, distribuídos de forma racialmente desigual. Na União Soviética, vitória reforçou regime e expectativa de reconstrução sob controle.

Condenação do racismo nazista tornou segregação e colonialismo mais difíceis de justificar, mas não os eliminou. Movimentos negros, indígenas, anticoloniais e feministas transformariam linguagem de direitos. 1945 é melhor entendido como abertura de conflitos sobre soberania e igualdade.

Formação em 1945	Capacidade ampliada	Fragilidade	Próxima disputa
Estados Unidos	Indústria, dólar, marinha e bomba atômica	Segregação e responsabilidades globais	Ordem liberal e contenção
União Soviética	Exército, indústria e zona de ocupação	Destruição, repressão e escassez	Segurança e bloco socialista
Império Britânico	Rede, marinha e instituições coloniais	Dívida e nacionalismos	Índia, Palestina, África e Commonwealth
França imperial	Prestígio aliado recuperado e exército	Derrota anterior e contestação colonial	Indochina, Argélia e reforma imperial
China	Estatuto de potência aliada e população	Guerra civil e inflação	Unidade estatal

Tese do volume: Entre 1914 e 1945, guerras e crises destruíram alguns impérios, expandiram capacidades estatais e universalizaram linguagens de soberania. O resultado não foi o fim do império, mas um campo mais amplo e intenso de disputa sobre quem podia governar, pertencer e decidir.

Leituras-base do capítulo: Tony Judt, *Postwar*; Mark Mazower, *Governing the World*; Odd Arne Westad, *The Cold War*; Frederick Cooper, *Citizenship between Empire and Nation*; Elizabeth Borgwardt, *A New Deal for the World*.

Apêndice A. Cronologia analítica

A.1 Como ler a cronologia

Datas organizam coexistências, mas não substituem processos. Uma lei pode anteceder aplicação; uma declaração de independência pode preceder controle; armistício não encerra guerra civil; ocupação formal não mede toda resistência. A coluna de significado indica por que o acontecimento importa para comparação e evita transformar a tabela em lista de causas automáticas.

A.2 De 1914 a 1923

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1914	Balcãs e Europa	Crise de julho e guerra geral	Alianças, mobilização e decisão conectam conflito regional
1914	Império Otomano	Entrada nas Potências Centrais	Abre frentes no Cáucaso, Dardanelos e Oriente Médio
1914	África e Pacífico	Campanhas contra colônias alemãs	Guerra europeia redistribui territórios coloniais
1915	Império Otomano	Genocídio armênio se intensifica	Guerra, nacionalismo e administração produzem destruição em massa
1915	Dardanelos	Campanha de Gallipoli	Império, logística e soberania otomana se cruzam
1916	Oriente Médio	Acordo Sykes-Picot	Potências planejam influência sobre espaço otomano
1916	Arábia	Revolta árabe começa	Autoridades locais e britânicas desafiam governo otomano
1917	Rússia	Revolução de Fevereiro	Monarquia cai sob guerra e mobilização social
1917	Rússia	Revolução de Outubro	Bolcheviques tomam governo e propõem nova ordem
1917	Atlântico	Estados Unidos entram na guerra	Crédito, mar e recursos alteram coalizão
1917	Palestina	Declaração Balfour	Compromisso imperial alimenta disputa futura
1918	Global	Pandemia de influenza	Circulação e desigualdade ampliam crise sanitária
1918	Europa	Armistícios e queda de monarquias	Combate cessa enquanto revoluções e conflitos continuam
1919	Paris	Conferência de Paz	Autodeterminação seletiva e interesses redesenham ordem
1919	Global	OIT é criada	Justiça social torna-se problema internacional permanente
1919	China	Movimento Quatro de Maio	Soberania e reforma cultural mobilizam estudantes e trabalhadores
1919	Coreia	Movimento Primeiro de Março	Anticolonialismo contesta domínio japonês
1919	Índia	Repressão em Amritsar	Crise de legitimidade do Raj se aprofunda
1919-1921	Rússia e fronteiras	Guerra civil e guerras nacionais	Estado soviético se forma por conflito e recomposição territorial
1920	Iraque	Revolta contra domínio britânico	Mandato enfrenta resistência ampla
1920	México	Nova fase de institucionalização revolucionária	Coalizões armadas convertem-se em Estado
1921	Irlanda	Tratado Anglo-Irlandês	Estado Livre surge com divisão territorial
1922	Rússia e repúblicas	União Soviética é criada	Federação formal combina nacionalidades e partido central

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1922	Itália	Mussolini assume governo	Fascismo entra no Estado por nomeação monárquica
1922	Egito	Independência limitada	Forma nacional preserva influência britânica
1923	Turquia	Tratado de Lausanne e república	Sèvres é revisto por guerra e negociação

A.3 De 1924 a 1932

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1924	Turquia	Califado é abolido	República redefine soberania e religião estatal
1924	Estados Unidos	Lei de imigração por cotas	Estado racializa mobilidade e pertencimento
1924	União Soviética	Morte de Lenin e disputa de sucessão	Direção partidária permanece aberta por alguns anos
1925	Europa	Tratados de Locarno	Reconciliação parcial estabiliza fronteiras ocidentais
1925	Japão	Sufrágio masculino e Lei de Preservação da Paz	Inclusão eleitoral e repressão coexistem
1925-1927	Síria	Grande revolta contra mandato francês	Tutela internacional enfrenta soberania local
1926	Grã-Bretanha	Greve Geral	Trabalho organizado desafia ordem pós-guerra
1926	China	Expedição do Norte	Nacionalistas buscam unificação militar
1927	China	Ruptura entre nacionalistas e comunistas	Revolução nacional divide-se em projetos rivais
1927	México	Guerra Cristera em curso	Centralização e religião produzem conflito social
1928	Global	Pacto de Paris	Guerra é condenada juridicamente sem execução automática
1928	União Soviética	Primeiro Plano Quinquenal	Industrialização é formalmente acelerada; coletivização em massa se amplia a partir de 1929
1928	Caribe e diáspora	Redes garveyistas perdem centro, mantêm legado	Pan-africanismo sobrevive à crise organizacional
1929	Estados Unidos e mundo	Quebra financeira e contração	Crédito e comércio transmitem depressão
1929	Palestina	Conflitos intercomunitários	Terra, imigração e mandato ampliam crise
1929	México	Partido governista nacional é criado	Revolução é institucionalizada em coalizão estatal
1930	Brasil	Vargas chega ao poder	Crise exportadora e coalizão regional centralizam Estado

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1930	Índia	Marcha do Sal	Monopólio fiscal torna-se alvo de desobediência de massa
1930	OIT	Convenção sobre Trabalho Forçado	Coerção colonial recebe norma internacional
1930	Estados Unidos	Tarifas Smoot-Hawley	Protecionismo aprofunda fragmentação comercial
1931	Manchúria	Ocupação japonesa começa	Expansão testa Liga e ordem de Washington
1931	Grã-Bretanha e domínios	Estatuto de Westminster	Autonomia dos domínios é formalmente ampliada
1931	Espanha	Segunda República	Reforma democrática abre conflito político intenso
1931	Padrão-ouro	Grã-Bretanha abandona conversibilidade	Política monetária recupera margem nacional
1932	Iraque	Entrada na Liga e independência formal	Mandato termina sob tratado e influência
1932	Manchúria	Manchukuo é proclamado	Estado dependente legitima ocupação japonesa

A.4 De 1933 a 1945

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1933	Alemanha	Hitler é nomeado chanceler	Elites conservadoras abrem Estado ao nazismo
1933	Alemanha	Lei de Plenos Poderes	Parlamento autoriza destruição da democracia
1933	Estados Unidos	New Deal começa	Governo federal amplia regulação e auxílio
1933	Japão	Retirada da Liga	Expansão regional supera supervisão internacional
1934	União Soviética	Consolidação stalinista se aprofunda	Partido e polícia concentram poder
1934	Brasil	Nova Constituição	Voto e direitos sociais coexistem com instabilidade
1935	Etiópia	Invasão italiana	Segurança coletiva fracassa contra império fascista
1935	Índia	Lei de Governo da Índia	Autonomia provincial cresce sem independência
1935	Alemanha	Leis de Nuremberg	Cidadania torna-se explicitamente racial
1936	Espanha	Guerra Civil começa	Conflito interno torna-se arena internacional
1936	Alemanha	Renânia é remilitarizada	Revisão unilateral não recebe resposta militar
1936	França	Frente Popular aprova reformas	Democracia responde à crise por direitos sociais
1937	China	Guerra sino-japonesa se amplia	Ásia entra em guerra de escala continental

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1937	Brasil	Estado Novo	Centralização autoritária fecha regime
1938	Áustria	Anschluss	Alemanha incorpora Estado vizinho
1938	Europa central	Acordo de Munique	Tchecoslováquia cede os Sudetos sem participar do acordo; o apaziguamento atinge ponto decisivo
1938	México	Petróleo é nacionalizado	Soberania econômica desafia companhias estrangeiras
1939	Europa	Pacto germano-soviético	Esferas secretas preparam divisão regional
1939	Polônia	Alemanha invade em 1º de setembro; União Soviética entra pelo leste em 17 de setembro	Guerra europeia geral começa
1940	Europa ocidental	França é derrotada	Império e governo são reorganizados entre Vichy e França Livre
1940	México	Exílio republicano espanhol se consolida	Guerra europeia produz diáspora intelectual nas Américas
1941	União Soviética	Alemanha lança invasão	Guerra de conquista e aniquilação chega ao leste
1941	Pacífico	Japão ataca Pearl Harbor e impérios ocidentais	Conflitos asiático e europeu se conectam plenamente
1941	Atlântico	Carta do Atlântico	Autodeterminação é proclamada e disputada por colonizados
1942	Índia	Movimento Quit India	Congresso desafia participação imperial na guerra
1942	Europa ocupada	Conferência de Wannsee coordena a implementação continental da "Solução Final"	Assassinatos em massa já em curso desde 1941 são articulados burocraticamente em escala continental
1942-1943	União Soviética	Batalha de Stalingrado	Iniciativa estratégica começa a mudar
1943	Bengala	Fome em contexto de guerra	Distribuição, preço e decisões agravam crise
1943	Itália	Regime de Mussolini cai e país se divide	Guerra externa torna-se ocupação e conflito civil
1944	Europa e Pacífico	Aliados avançam em múltiplas frentes	Produção e coalizão convertem-se em vantagem decisiva
1944	Bretton Woods	FMI e banco de reconstrução são projetados	Nova arquitetura monetária é negociada antes da paz
1945	Europa	Alemanha se rende	Regime nazista é derrotado e território ocupado
1945	São Francisco	Carta das Nações Unidas é assinada	Nova segurança coletiva preserva veto de potências

Data	Região	Acontecimento	Significado comparativo
1945	Japão	Rendição encerra guerra mundial	Império japonês é desfeito sob ocupação
1945	Indonésia e Vietnã	Independências são proclamadas	Fim da guerra abre lutas anticoloniais

Exercício: Escolha 1919, 1929, 1937, 1941 e 1945. Para cada data, conecte um processo europeu, um asiático, um africano ou médio-oriental e um americano. Identifique comércio, trabalho, guerra, migração ou diplomacia como canal.

Apêndice B. Quadros de coexistência

B.1 Instantâneo de 1914

Espaço	Formação	Capacidade central	Conexão	Questão
Europa	Estados nacionais e impérios dinásticos	Exército, ferrovia e finanças	Alianças e comércio	Crise regional será contida?
Sul da Ásia	Raj, principados e movimentos políticos	Receita, exército e infraestrutura	Império Britânico e Índico	Serviço produzirá direitos?
Leste asiático	China republicana e Japão imperial	Mercados, exércitos e concessões	Pacífico e capitais externos	Quem definirá a ordem regional?
África	Colônias, protetorados e Estados soberanos	Imposto, chefia e força	Exportação e impérios	Guerra europeia mudará autoridade?
Américas	Repúblicas e poder crescente dos EUA	Mercado, constituição e exército	Crédito e migração	Soberania formal garante igualdade?

B.2 Instantâneo de 1919

Espaço	Formação	Mudança recente	Capacidade	Contradição
Europa central e oriental	Novos Estados e repúblicas	Queda de quatro impérios	Constituição e exército	Fronteiras e minorias
Rússia	Estado bolchevique em guerra civil	Revoluções e Brest-Litovsk	Partido, ferrovia e Exército Vermelho	Federação e coerção
Impérios vencedores	Britânico, francês, japonês e EUA influente	Ganhos territoriais e dívida	Marinha, mandato e crédito	Autodeterminação seletiva
Índia e Egito	Colônias em mobilização	Repressão e promessas de reforma	Associação, greve e partido	Cidadania sem soberania
China e Coreia	Nacionalismos sob pressão japonesa	Movimentos de massa de 1919	Estudantes, comércio e imprensa	República e colonialismo

B.3 Instantâneo de 1929

Espaço	Formação	Aparente estabilidade	Capacidade	Risco
Estados Unidos	República industrial e financeira	Crédito e consumo	Empresa, banco e mercado continental	Bolha e desigualdade
Europa ocidental	Democracias e reconciliação parcial	Locarno e recuperação	Estado social e comércio	Dívida e desemprego
União Soviética	Federação socialista	Partido consolidado	Planejamento e propriedade estatal	Coerção e escassez
Ásia	Japão imperial, China dividida e Raj	Comércio e reformas limitadas	Exércitos, partidos e portos	Expansão e soberania
Mundo colonial	Impérios sob mandato e administração	Tutela e exportação	Imposto, empresa e chefia	Preços e mobilização

B.4 Instantâneo de 1937

Espaço	Formação	Transformação	Instrumento	Próxima ruptura
Alemanha e Itália	Ditaduras fascista e nazista	Rearmamento e império	Partido, polícia e indústria	Guerra expansionista
União Soviética	Estado planificado stalinista	Indústria pesada e expurgos	Plano, partido e exército	Segurança europeia
China e Japão	Guerra aberta e império regional	Ocupação e resistência	Exército, ferrovia e mobilização	Conflito prolongado
Democracias atlânticas	Estados sociais incompletos	Recuperação desigual	Parlamento, império e crédito	Resposta às agressões
Colônias	Mandatos e impérios contestados	Sindicato e nacionalismo	Petição, greve e repressão	Guerra e descolonização

B.5 Instantâneo de 1945

Espaço	Formação	Vantagem ou perda	Movimento político	Futuro aberto
Estados Unidos	Potência continental e oceânica	Indústria e finanças ampliadas	Liberalismo, trabalho e direitos civis	Liderança global
União Soviética	Potência continental e socialista	Vitória militar com destruição	Partido e patriotismo	Bloco no leste europeu
Europa ocidental	Estados e impérios enfraquecidos	Dívida e reconstrução	Democracia, comunismo e colonialismo	Bem-estar e descolonização
Ásia	Japão derrotado, China em disputa e independências	Fim do império japonês	Nacionalismos e revoluções	Guerra civil e soberania
África e Caribe	Colônias mobilizadas pela guerra	Experiência militar e urbana	Sindicato, partido e pan-africanismo	Reforma ou independência

B.6 Coexistência direta e comparação sem contato

Par	Tipo de coexistência	Canal	Evidência recomendada
Alemanha e União Soviética	Bélica, diplomática e ideológica	Pacto, invasão, frente e ocupação	Arquivos estatais, mapas e testemunhos
Império Britânico e Índia	Governo imperial e contestação	Exército, imposto, parlamento e movimento	Arquivos do Raj, imprensa e associação
Japão e China	Imperial, econômica e militar	Concessão, ocupação e guerra	JACAR, arquivos chineses e memórias
Itália e Etiópia	Conquista e resistência	Liga, campanha e ocupação	Arquivos etíopes, italianos e internacionais
Brasil e México	Comparação sem governo comum	Trabalho, corporativismo e indústria	Leis, sindicatos, censos e CPDOC
Caribe e África ocidental	Conexão por diáspora e império	Migração, pan-africanismo e porto	Jornais, congressos e histórias orais

Apêndice C. Matrizes comparativas

C.1 Formas de império

Forma	Instrumento central	Exemplo	Cuidado comparativo
Império colonial	Administração, empresa e força	Britânico e francês	Varia entre colônia, domínio e protetorado
Mandato	Tutela internacional e relatório	Iraque, Síria, Togo e Palestina	Não confundir supervisão com consentimento
Império continental	Partido, exército e federação	União Soviética em debate	Forma federal não elimina hierarquia
Bloco imperial	Ocupação, autarquia e Estado subordinado	Projeto japonês na Ásia	Libertação proclamada pode ocultar conquista
Esfera de influência	Tratado, base, crédito e pressão	Poder dos EUA nas Américas	Controle não requer anexação

C.2 Regimes e participação

Regime	Instituição mobilizadora	Participação	Limite central
Democracia liberal	Parlamento, partido e eleição	Competição e associação	Exclusões de raça, gênero e império
Fascismo	Partido, líder e organização de massa	Mobilização enquadrada	Violência, império e antipluralismo
Autoritarismo corporativo	Executivo, burocracia e corporação	Representação controlada	Oposição e sindicato subordinados
Socialismo soviético	Partido, soviete formal e plano	Mobilização social dirigida	Monopólio político e repressão
Governo colonial	Administração e intermediários	Conselho e petição limitados	Soberania externa

C.3 Trabalho e mobilidade

Relação	Base jurídica	Mobilidade	Pergunta de segurança conceitual
Trabalho assalariado	Contrato e salário	Formalmente livre	Desemprego e coerção econômica permitiam escolha?
Conscrição	Obrigação estatal	Controlada pelo exército	Cidadania era igual ao dever?
Trabalho colonial obrigatório	Imposto, ordem ou recrutamento	Saída reduzida	Norma internacional era aplicada?
Trabalho forçado de guerra	Polícia, ocupação ou campo	Coercitiva	Qual instituição recrutou e puniu?
Trabalho doméstico e cuidado	Família, mercado e gênero	Variável e pouco registrada	Quem sustentou reprodução social?

C.4 Segurança da evidência

Afirmção	Nível	Justificativa	Formulação recomendada
Versalhes sozinho causou a Segunda Guerra	Incorreto	Crises e escolhas posteriores foram necessárias	Explicar tratado como uma condição entre várias
A Depressão produziu fascismo em toda parte	Incorreto	Democracias e coalizões responderam de formas distintas	Comparar instituições e alianças
A Liga das Nações não teve nenhuma função	Incorreto	Trabalho técnico e normas tiveram efeitos	Separar segurança de cooperação
O Holocausto foi política estatal genocida	Seguro	Documentos e testemunhos convergem amplamente	Nomear responsabilidade e processo
1945 encerrou os impérios	Incorreto	Domínio colonial persistiu e foi recomposto	Tratar 1945 como aceleração de disputa

C.5 Infraestrutura e poder

Infraestrutura	Uso econômico	Uso político-militar	Pergunta comparativa
Ferrovia	Mercado, migração e indústria	Mobilização, deportação e ocupação	Quem controlava horários e prioridades?
Rádio	Informação e entretenimento	Propaganda e coordenação	Quem podia transmitir e ouvir?
Porto	Comércio e abastecimento	Base, bloqueio e invasão	Qual soberania regulava acesso?
Petróleo	Energia e indústria	Aviação, marinha e estratégia	Concessão limitava autonomia?
Estatística	Planejamento e seguro	Classificação, racionamento e polícia	Quem era contado e em qual categoria?

Regra de comparação: Semelhança de nome não prova equivalência. Para comparar império, fascismo, revolução ou autodeterminação, identifique instituição, recurso, direitos, coerção, escala e possibilidade de contestação.

Apêndice D. Glossário essencial

Apaziguamento: Política de negociar ou aceitar revisões para evitar conflito maior. No caso dos anos 1930, reuniu cálculo estratégico, restrição militar, opinião pública e interpretações equivocadas; não é sinônimo suficiente de passividade.

Apátrida: Pessoa não reconhecida como nacional por nenhum Estado. Colapsos imperiais, novas fronteiras e leis de cidadania ampliaram o problema depois de 1918.

Autarquia: Projeto de reduzir dependência externa por controle de comércio, produção e recursos. Nenhuma potência do período alcançou autossuficiência completa; blocos autárquicos frequentemente exigiam império.

Autodeterminação: Princípio segundo o qual um povo decide seu status político. A definição de povo, território, procedimento e proteção de minorias permaneceu disputada.

Blitzkrieg: Termo popular para campanhas alemãs rápidas que combinaram forças móveis, aviação e comando. Pode ocultar improvisação, logística e diferenças entre campanhas se tratado como doutrina perfeita.

Cidadania imperial: Relação jurídica em que direitos dependem da posição dentro de império. Domínios, metrópoles, colônias e protetorados possuíam regimes diferentes de pertencimento.

Colaboração: Cooperação com força ocupante ou regime dominante. Pode resultar de convicção, interesse, rivalidade, sobrevivência ou coerção; requer análise individual e institucional.

Coletivização: Reorganização da agricultura soviética em unidades coletivas e estatais. Foi implementada com coerção e se conectou a requisições, resistência e fome.

Comunismo de guerra: Políticas bolcheviques da guerra civil que incluíram nacionalização, requisição de grãos e prioridade militar. Não foi sistema estável nem causa única do colapso econômico.

Corporativismo: Modelo de representação por categorias profissionais controladas ou reconhecidas pelo Estado. Podia conceder canais de negociação e subordinar sindicatos independentes.

Crime contra a humanidade: Categoria jurídica consolidada no pós-guerra para certos ataques sistemáticos contra civis. Seu uso exige critérios legais e prova; não substitui descrição histórica do processo.

Desobediência civil: Violação pública e disciplinada de regra considerada injusta, com objetivo político. Na Índia, foi combinada com boicote, marcha, organização local e negociação.

Diáspora: Comunidades dispersas que mantêm ou recriam conexões culturais, familiares e políticas. Não implica unidade automática de posição.

Ditadura: Regime sem competição política livre e controle efetivo do governo por oposição. Ditaduras variam em partido, mobilização, ideologia, burocracia e relação com elites.

Domínio: Território autogovernado do Império Britânico, como Canadá e Austrália, com autonomia ampliada e lealdade à Coroa. Não deve ser confundido com colônia administrada diretamente.

Economia de guerra: Coordenação de produção, consumo, crédito e trabalho para objetivos militares. Combina Estado, empresas e famílias em proporções diferentes.

Estado corporativo: Arranjo que substitui ou limita representação partidária por corporações de empregadores e trabalhadores sob autoridade estatal. Foi central à linguagem fascista italiana e adaptado por outros regimes.

Estado total: Ideal de integrar sociedade ao regime por partido, propaganda e organização. Nenhum Estado controlou perfeitamente toda vida; o conceito deve ser testado contra instituições e negociação.

Eugenia: Conjunto de teorias e políticas que buscou administrar reprodução segundo hierarquias hereditárias. Influenciou esterilização, imigração e racismo em vários países; suas bases científicas foram desacreditadas.

Fascismo: Movimento e regime ultranacionalista, antiliberal e antissocialista que valoriza liderança, mobilização, violência política e expansão. O caso italiano é referência; comparações exigem critérios.

Frente popular: Coalizão de comunistas, socialistas, liberais e outros grupos contra fascismo, promovida em meados dos anos 1930. Resultados variaram na França, Espanha e outros contextos.

Genocídio: Destruição intencional, total ou parcial, de grupo nacional, étnico, racial ou religioso, conforme definição jurídica posterior. A análise histórica investiga intenção, decisão, agentes e instituições.

Guerra civil: Conflito armado pelo controle do Estado, território ou ordem social dentro de uma comunidade política. Intervenção estrangeira pode internacionalizar a guerra sem eliminar raízes internas.

Guerra total: Mobilização ampliada de economia, ciência, sociedade e informação para conflito. É categoria de grau e projeto, não prova de que fronteira entre civil e militar desapareceu igualmente em todo lugar.

Holocausto: Perseguição e assassinato sistemático de cerca de seis milhões de judeus pelo regime nazista, aliados e colaboradores entre 1933 e 1945, com radicalização genocida durante a guerra.

Imperialismo informal: Influência exercida por crédito, tratado, empresa, base e pressão sem anexação completa. Estado formalmente soberano pode ter autonomia limitada.

Internacionalismo: Projeto de organizar solidariedade, norma ou governo além do Estado nacional. Liberal, socialista, comunista, feminista, religioso e pan-africano designam internacionalismos diferentes.

Lebensraum: Projeto nazista de espaço vital, especialmente no leste europeu, ligado a conquista, colonização e hierarquia racial. Não era simples demanda por fronteira defensiva.

Mandato: Território administrado por potência sob supervisão da Liga das Nações. A tutela declarada não substituiu consentimento nem soberania dos habitantes.

Nacionalismo anticolonial: Projetos que reivindicam autonomia ou independência contra domínio externo. Podem divergir sobre classe, religião, fronteira, gênero e forma do Estado.

Nazismo: Movimento e regime alemão liderado por Hitler, caracterizado por ditadura, comunidade racial, antissemitismo radical, anticomunismo, rearmamento e expansão conquistadora.

Nova Política Econômica: Política soviética de 1921 que permitiu comércio e pequena iniciativa enquanto o Estado manteve setores estratégicos. Facilitou recuperação e abriu disputa sobre caminho socialista.

Pan-africanismo: Família de movimentos que conecta africanos e diásporas na luta contra racismo, colonialismo e fragmentação. Incluiu projetos de cidadania, independência, federação e retorno.

Padrão-ouro: Sistema monetário que vinculava moedas ao ouro. Facilitou pagamentos em certos períodos, mas restringiu respostas à Depressão e transmitiu deflação.

Partido-Estado: Ordem na qual partido dominante controla nomeações, informação e organizações públicas. Estado e partido permanecem analiticamente distinguíveis mesmo quando sobrepostos.

Planejamento econômico: Definição estatal de metas, investimentos e distribuição. Pode existir em propriedade socialista, economia de guerra ou capitalismo regulado, com graus diferentes de comando.

Plebiscito: Votação sobre soberania ou fronteira. Resultado depende de território definido, elegibilidade, segurança e opções oferecidas; não é expressão automática de vontade homogênea.

Propaganda: Comunicação planejada para orientar percepção e comportamento. Documenta intenção e repertório, mas não mede sozinha recepção ou crença.

Protetorado: Território cuja autoridade local permanece formalmente enquanto potência externa controla áreas como diplomacia, defesa ou finanças. Grau de tutela varia.

Rearmamento: Expansão planejada de forças, indústria e treinamento militar. Pode reduzir desemprego, mas orienta recursos e política externa para guerra.

Reparações: Pagamentos ou transferências impostos após guerra. Seu valor nominal, capacidade real de pagamento, renegociação e ligação com dívidas precisam ser distinguidos.

Resistência: Ações que limitam, contestam ou combatem autoridade. Incluem luta armada, informação, abrigo, greve, desobediência, recusa e preservação cultural.

Satyagraha: Prática gandhiana de ação política baseada em verdade, não violência e disciplina. Não significa passividade e depende de organização e contexto.

Segurança coletiva: Princípio de que agressão contra um membro exige resposta comum. Sua aplicação depende de definição de agressão, recursos e vontade dos Estados.

Segregação: Separação e hierarquia de grupos em moradia, escola, trabalho, transporte, terra ou cidadania. Pode ser legal, administrativa ou produzida por práticas sociais coercitivas.

Totalitarismo: Conceito que compara regimes de partido único e ambição total de controle. É útil quando não apaga diferenças entre nazismo e stalinismo em ideologia, propriedade, raça, sociedade e política externa.

Trabalho forçado: Trabalho exigido sob ameaça de pena e sem oferta voluntária plena. Pode aparecer em colônias, ocupações, prisões, campos e recrutamentos administrativos.

Tutela: Justificativa segundo a qual potência governa temporariamente povo considerado ainda incapaz. Converte desigualdade imperial em missão declarada de preparação.

Apêndice E. Laboratório de fontes e atividades

E.1 Protocolo de leitura em oito perguntas

1. Quem produziu a fonte e qual posição institucional ocupava?
2. O registro foi criado durante o acontecimento, depois dele ou para justificá-lo?
3. Qual público deveria ler, ouvir ou ver o documento?
4. Que território, grupo e escala aparecem, e quais ficaram fora?
5. As categorias usadas eram autodescrição, classificação estatal ou rótulo posterior?
6. Quais recursos e relações tornaram a fonte possível?
7. Qual evidência independente confirma, limita ou contradiz a afirmação?
8. O que permanece incerto e como essa incerteza será escrita?

E.2 Dossiê 1 - A crise de julho sem inevitabilidade

Compare telegramas e decisões de quatro governos entre 23 de julho e 4 de agosto de 1914.

- Separe informação disponível de conhecimento posterior.
- Marque ultimato, garantia, mobilização, declaração e invasão.
- Identifique alternativa percebida em cada etapa.
- Não transforme sistema de alianças em botão automático.
- Conclua distinguindo risco estrutural e decisão imediata.

E.3 Dossiê 2 - Um soldado ou trabalhador colonial

Escolha Índia, Senegal, Caribe, África oriental, Indochina ou China e reconstrua uma trajetória de serviço.

- Verifique recrutamento, contrato, remuneração e rota.
- Localize unidade, porto, frente ou campo de trabalho.
- Compare carta pessoal com registro militar ou administrativo.
- Registre retorno, pensão, migração ou mobilização posterior.
- Evite presumir nacionalismo automático.

E.4 Dossiê 3 - Um tratado e uma fronteira

Escolha Polônia, Tchecoslováquia, Turquia, Iraque ou Palestina.

- Compare mapa anterior, proposta e fronteira resultante.
- Identifique ferrovia, porto, população, defesa e recurso.
- Verifique plebiscito, petição ou ausência de consulta.
- Acompanhe efeitos sobre cidadania e propriedade.
- Explique por que fronteira jurídica não encerrou disputa.

E.5 Dossiê 4 - Trabalho e gênero em guerra

Use fotografia, folha salarial, anúncio, sindicato e memória para estudar um setor.

- Comprove que mulheres já trabalhavam antes da mobilização.
- Compare salário, função, jornada e proteção.
- Observe raça, classe, idade e condição colonial.
- Acompanhe políticas de desmobilização.
- Diferencie visibilidade pública de igualdade material.

E.6 Dossiê 5 - Liga das Nações em funcionamento

Escolha uma petição de mandato, crise de refugiados ou disputa territorial.

- Localize órgão que recebeu o documento.
- Identifique regra de admissibilidade e linguagem de tutela.
- Compare relatório do administrador e voz dos peticionários.
- Registre decisão, adiamento ou silêncio.
- Avalie capacidade sem resumir instituição a sucesso ou fracasso total.

E.7 Dossiê 6 - Crise econômica em uma mercadoria

Escolha café, trigo, açúcar, borracha, algodão, cobre ou petróleo entre 1928 e 1935.

- Construa série de preço com fonte e unidade.
- Localize produtores, intermediários, Estado e compradores.
- Diferencie produção, estoque, renda e exportação.
- Observe trabalho familiar e informal não contabilizado.
- Explique como política nacional alterou efeitos locais.

E.8 Dossiê 7 - Comparar autoritarismos sem chamar todos de fascistas

Compare Itália, Alemanha, Portugal, Espanha, Brasil ou outro caso em cinco critérios.

- Partido e relação com burocracia.
- Mobilização e organização juvenil.
- Violência política e polícia.
- Projeto social, racial e imperial.
- Relação com Igreja, militares e proprietários.

E.9 Dossiê 8 - China e Japão por arquivos concorrentes

Escolha Manchúria, uma cidade ocupada ou uma ferrovia.

- Compare documento japonês, chinês e internacional.
- Identifique vocabulário de ordem, desenvolvimento e segurança.

- Separe propaganda de dado administrativo verificável.
- Localize empresas, exército e autoridades locais.
- Registre resistência e colaboração sob restrições.

E.10 Dossiê 9 - Perseguição e cadeia institucional

Escolha uma política discriminatória ou genocida documentada por arquivo especializado.

- Comece por lei, ordem, registro ou correspondência institucional.
- Identifique órgão, agente, transporte, propriedade e categoria.
- Use testemunho para recuperar experiência sem exploração visual.
- Evite imagens sensacionalistas e respeite licenças.
- Nomeie responsabilidade sem generalizações étnicas ou nacionais.

E.11 Dossiê 10 - Uma independência proclamada em 1945

Escolha Indonésia ou Vietnã e acompanhe os seis meses seguintes.

- Diferencie proclamação, administração, território e reconhecimento.
- Identifique armas, quadros e instituições herdadas da ocupação.
- Compare projeto nacionalista e retorno colonial.
- Observe posição de aliados e populações locais.
- Evite narrar soberania como acontecimento instantâneo.

E.12 Oficina de cronologia conectada

1. Selecione seis formações coexistentes em 1919, 1929, 1937, 1941 e 1945.
2. Para cada uma, marque receita, trabalho, infraestrutura, representação e coerção.
3. Conecte apenas relações demonstráveis por comércio, guerra, migração, império ou diplomacia.
4. Use linha tracejada para comparação sem contato direto.
5. Acrescente uma fonte primária e uma monografia a cada conexão.
6. Classifique cada conclusão como segura, provável, debatida ou desconhecida.

E.13 Oficina de artigo para blog

Um artigo forte pode ser organizado em seis blocos:

1. Título-problema, sem ranking: por que 1918 não encerrou os impérios?
2. Cena documental curta, com fonte identificada e data.
3. Contexto de 150 a 250 palavras que localiza atores e soberanias.
4. Três mecanismos comparados: instituição, recurso e contestação.
5. Quadro mito versus evidência ou cronologia curta.
6. Conclusão que indica o que é seguro, provável e ainda debatido.

Adapte a redação à sua voz, preserve autoria e cite obras consultadas. Imagens, mapas, cartazes e filmes exigem verificação própria de licença. Acervo público não significa automaticamente domínio público.

E.14 Temas de posts seriados

- Por que a Primeira Guerra foi imperial e global.
- O que a Liga das Nações conseguiu fazer fora da segurança militar.
- Como 1919 criou Estados e novas minorias ao mesmo tempo.
- A Marcha do Sal como disputa fiscal e política.
- Etiópia em 1935 e o limite racial da segurança coletiva.
- Por que crise econômica não produz fascismo automaticamente.
- Estado Novo brasileiro e fascismo: semelhanças e diferenças.
- China em guerra antes de 1939.
- Como portos, petróleo e ferrovias conectaram teatros da Segunda Guerra.
- O Holocausto como política de Estado e cadeia institucional.
- Por que 1945 acelerou, mas não concluiu a descolonização.

E.15 Questões de revisão

1. Por que mais documentação não elimina silêncio histórico?
2. Como alianças diferem de automatismo?
3. Por que a Primeira Guerra deve ser estudada por impérios?
4. Como trabalho feminino mudou sem criar igualdade imediata?
5. O que transformou revolução russa em Estado soviético?
6. Por que novos Estados continham minorias?
7. Qual a diferença entre mandato e independência?
8. Como a OIT alterou a linguagem do trabalho?
9. Por que nacionalismos africanos têm história anterior a 1945?
10. Como democracia limitada e império coexistiram no Japão?
11. O que distingue fascismo de autoritarismo?
12. Como a Depressão foi transmitida entre países e colônias?
13. Por que 1937 pode ser início asiático da Segunda Guerra?
14. Como coalizões e logística explicam vitória aliada?
15. Por que o Holocausto exige estudo de instituições e ideologia?
16. Por que 1945 não encerrou colonialismo?

E.16 Rubrica para avaliar uma resposta

Critério	Excelente	Satisfatório	Precisa revisão
Cronologia	Distingue processos antes e depois da data	Usa datas corretas	Transforma data em causa única
Evidência	Identifica autor, gênero, escala e limite	Cita fonte com cautela	Repete propaganda como fato
Comparação	Compara mecanismo e explica diferença	Nota semelhança geral	Faz ranking de povos ou regimes
Agência	Localiza escolhas sob restrições	Menciona resistência	Apaga atores locais
Conceito	Define império, fascismo ou soberania no uso	Emprega termo de modo coerente	Usa rótulo sem critério
Ética	Trata vítimas e testemunhos com dignidade	Evita sensacionalismo	Explora sofrimento ou generaliza culpa

Integridade acadêmica: Adaptar ou reorganizar a síntese exige interpretação própria e referências verificáveis. Trocar palavras sem compreender o argumento não cria autoria; documentar escolhas e fontes cria trabalho publicável.

Bibliografia comentada

Esta seleção combina sínteses, monografias e obras de referência. Ela não substitui a leitura crítica nem pretende encerrar debates. As notas indicam a utilidade principal de cada obra; traduções, edições e paginação devem ser conferidas na versão efetivamente consultada.

Perspectivas globais, impérios e periodização

- Bayly, C. A. **The Birth of the Modern World, 1780-1914**. Oxford: Blackwell, 2004. Síntese conectada que ajuda a reconstruir o mundo imperial, econômico e intelectual herdado por 1914.
- Osterhammel, Jürgen. **The Transformation of the World: A Global History of the Nineteenth Century**. Princeton: Princeton University Press, 2014. Obra ampla para investigar mobilidade, Estado, trabalho e império em longa duração.
- Darwin, John. **After Tamerlane: The Global History of Empire since 1405**. London: Allen Lane, 2007. Interpreta a persistência de sistemas imperiais sem reduzir a história mundial à expansão de uma única potência.
- Burbank, Jane; Cooper, Frederick. **Empires in World History: Power and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 2010. Essencial para comparar repertórios de governo da diferença, cidadania e incorporação imperial.
- Conrad, Sebastian. **What Is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016. Guia metodológico para distinguir conexão, comparação, integração e escala na história global.
- Getachew, Adom. **Worldmaking after Empire**. Princeton: Princeton University Press, 2019. Reconstitui projetos anticoloniais de reorganização internacional e adverte contra uma narrativa linear de Estado-nação.
- Duara, Prasenjit. **Sovereignty and Authenticity: Manchukuo and the East Asian Modern**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003. Examina soberania, colaboração e Estado imperial na Ásia oriental.
- Go, Julian. **Patterns of Empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Comparação sociológica e histórica entre impérios britânico e norte-americano, útil para discutir formas imperiais além da colônia formal.
- MACMILLAN, Margaret. *The War That Ended Peace: The Road to 1914*. New York: Random House, 2013. Reconstrói a escalada anterior a 1914, articulando diplomacia, política interna e escolhas sem transformar a guerra em destino inevitável.
- CLARK, Christopher. *The Sleepwalkers: How Europe Went to War in 1914*. London: Allen Lane, 2012. Estudo influente da crise de julho e das decisões interligadas que levaram à guerra, útil quando comparado a interpretações sobre responsabilidade e estrutura.
- BORGWARDT, Elizabeth. *A New Deal for the World: America's Vision for Human Rights*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2005. Relaciona a Carta do Atlântico, planejamento de guerra, direitos humanos e desenho da ordem internacional do pós-guerra.
- COOPER, Frederick. *Citizenship between Empire and Nation: Remaking France and French Africa, 1945-1960*. Princeton: Princeton University Press, 2014. Fundamental para a ponte entre império, cidadania e descolonização após 1945.
- WESTAD, Odd Arne. *The Cold War: A World History*. New York: Basic Books, 2017. Situa o conflito bipolar em escala mundial e ajuda a ligar as estruturas de 1945 às disputas do Volume 13.

Primeira Guerra Mundial e sociedades de guerra

- Strachan, Hew. **The First World War**. New York: Viking, 2004. Síntese global que integra frentes europeias, impérios e escolhas políticas.
- Stevenson, David. **1914-1918: The History of the First World War**. London: Penguin, 2005. Reconstrução detalhada das decisões militares, diplomáticas e econômicas do conflito.
- Strachan, Hew. **The First World War in Africa**. Oxford: Oxford University Press, 2004. Mostra campanhas, recrutamentos e impactos africanos frequentemente ausentes de narrativas centradas na Europa.
- Horne, John, org. **A Companion to World War I**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. Ensaios temáticos sobre mobilização, violência, sociedade, memória e diferentes teatros.
- Gerwarth, Robert; Manela, Erez, orgs. **Empires at War, 1911-1923**. Oxford: Oxford University Press, 2014. Reposiciona a guerra como crise prolongada dos impérios, com cronologia ampliada.
- Winter, Jay. **Sites of Memory, Sites of Mourning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. Investiga luto público, memória e linguagens culturais do pós-guerra.
- Grayzel, Susan R. **Women and the First World War**. London: Routledge, 2002. Introdução comparativa ao trabalho, cidadania, família e mobilização feminina.

- Daniel, Ute. **The War from Within**. Oxford: Berg, 1997. Estudo da sociedade alemã que aproxima cotidiano, gênero, economia e legitimidade política.
- Proctor, Tammy M. **Civilians in a World at War, 1914-1918**. New York: New York University Press, 2010. Explica deslocamento, ocupação, trabalho e fronteiras entre civis e combatentes.
- Stevenson, David. **With Our Backs to the Wall: Victory and Defeat in 1918**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011. Analisa por que 1918 produziu vitória militar sem solução política duradoura.
- DAS, Santanu. *India, Empire, and First World War Culture: Writings, Images, and Songs*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. Reconstitui experiências indianas da guerra por textos, imagens, canções e cultura material, ampliando a história imperial do conflito.

Revoluções, União Soviética e pós-guerra

- Fitzpatrick, Sheila. **The Russian Revolution**. Oxford: Oxford University Press, edições diversas. Síntese clara sobre 1917, guerra civil, NEP e transformação social.
- Figes, Orlando. **A People's Tragedy: The Russian Revolution, 1891-1924**. London: Jonathan Cape, 1996. Narrativa extensa que conecta crise imperial, mobilização popular e construção do novo regime.
- Suny, Ronald Grigor. **The Soviet Experiment**. Oxford: Oxford University Press, edições diversas. Visão de conjunto atenta a nacionalidades, instituições e mudanças socioeconômicas.
- Smith, S. A. **Russia in Revolution: An Empire in Crisis, 1890 to 1928**. Oxford: Oxford University Press, 2017. Integra revolução política, questão agrária, império e experiência social.
- Kotkin, Stephen. **Magnetic Mountain: Stalinism as a Civilization**. Berkeley: University of California Press, 1995. Micro-história da industrialização e da produção de identidades políticas soviéticas.
- Martin, Terry. **The Affirmative Action Empire**. Ithaca: Cornell University Press, 2001. Explica a política soviética de nacionalidades e suas contradições.
- Davies, R. W. **The Industrialisation of Soviet Russia**. London: Macmillan, vários volumes. Referência documental para economia, coletivização e planejamento.
- Slezkine, Yuri. **The USSR as a Communal Apartment**. **Slavic Review**, v. 53, n. 2, 1994. Artigo influente para interpretar a arquitetura multinacional soviética.

Paz, Liga das Nações e internacionalismos

- MacMillan, Margaret. **Paris 1919**. New York: Random House, 2001. Acompanha interesses, decisões e limites da conferência de paz sem tratá-la como causa única de conflitos posteriores.
- Steiner, Zara. **The Lights That Failed: European International History, 1919-1933**. Oxford: Oxford University Press, 2005. História diplomática aprofundada do primeiro pós-guerra.
- Steiner, Zara. **The Triumph of the Dark: European International History, 1933-1939**. Oxford: Oxford University Press, 2011. Analisa a erosão da ordem europeia e a interação entre política interna e internacional.
- Pedersen, Susan. **The Guardians: The League of Nations and the Crisis of Empire**. Oxford: Oxford University Press, 2015. Obra central sobre mandatos, supervisão internacional e contestação colonial.
- Clavin, Patricia. **Securing the World Economy**. Oxford: Oxford University Press, 2013. Mostra o trabalho econômico da Liga e a formação de conhecimentos internacionais.
- Sluga, Glenda. **Internationalism in the Age of Nationalism**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013. Recupera atores, associações e projetos transnacionais além da diplomacia estatal.
- Manela, Erez. **The Wilsonian Moment**. Oxford: Oxford University Press, 2007. Examina como a linguagem de autodeterminação foi apropriada por movimentos anticoloniais.
- Maul, Daniel. **The International Labour Organization: 100 Years of Global Social Policy**. Geneva: ILO, 2019. História institucional acessível da OIT e de suas disputas sobre padrões laborais.
- Mazower, Mark. **Governing the World**. New York: Penguin Press, 2012. Interpreta a trajetória das organizações internacionais do século XIX às Nações Unidas.

Economia mundial e Grande Depressão

Eichengreen, Barry. **Golden Fetters**. Oxford: Oxford University Press, 1992. Explica como o padrão-ouro restringiu respostas à Depressão e transmitiu choques.

Kindleberger, Charles P. **The World in Depression, 1929-1939**. Berkeley: University of California Press, edições diversas. Clássico sobre cooperação insuficiente e desorganização da economia mundial.

Rothermund, Dietmar. **The Global Impact of the Great Depression, 1929-1939**. London: Routledge, 1996. Amplia a análise para sociedades coloniais e exportadoras.

Tooze, Adam. **The Deluge**. New York: Viking, 2014. Conecta guerra, finanças, poder norte-americano e crise da ordem entre 1916 e 1931.

Rauchway, Eric. **The Great Depression and the New Deal**. Oxford: Oxford University Press, 2008. Introdução compacta ao caso norte-americano e às respostas do Estado.

Temin, Peter. **Lessons from the Great Depression**. Cambridge, MA: MIT Press, 1989. Debate mecanismos macroeconômicos e escolhas de política pública.

Feinstein, Charles H.; Temin, Peter; Toniolo, Gianni. **The European Economy between the Wars**. Oxford: Oxford University Press, 1997. Síntese quantitativa e institucional da economia europeia.

Fascismos, nazismo e autoritarismos

Paxton, Robert O. **The Anatomy of Fascism**. New York: Knopf, 2004. Propõe estudar fascismo como processo político, coalizão e prática, não apenas como doutrina.

Griffin, Roger. **The Nature of Fascism**. London: Routledge, 1991. Formula uma definição influente centrada em ultranacionalismo e promessa de renascimento.

Payne, Stanley G. **A History of Fascism, 1914-1945**. Madison: University of Wisconsin Press, 1995. Panorama comparativo amplo, útil quando lido junto a estudos mais recentes.

Kallis, Aristotle. **Fascist Ideology**. London: Routledge, 2000. Investiga expansão, consenso e radicalização em Itália e Alemanha.

Gentile, Emilio. **The Sacralization of Politics in Fascist Italy**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996. Analisa rituais, símbolos e religião política no fascismo italiano.

Bosworth, R. J. B. **Mussolini's Italy**. New York: Penguin, 2006. Reconstrói a sociedade italiana e evita confundir propaganda com controle total.

Kershaw, Ian. **The Nazi Dictatorship**. London: Bloomsbury, edições diversas. Introdução historiográfica a debates sobre poder, consenso, coerção e radicalização.

Evans, Richard J. **The Coming of the Third Reich**. New York: Penguin, 2003. Primeiro volume de uma trilogia documental sobre a destruição da democracia alemã.

Evans, Richard J. **The Third Reich in Power**. New York: Penguin, 2005. Examina instituições, sociedade, cultura e perseguição entre 1933 e 1939.

Tooze, Adam. **The Wages of Destruction**. London: Allen Lane, 2006. Estudo da economia política nazista, rearmamento e restrições materiais.

Preston, Paul. **The Spanish Civil War**. London: Harper Perennial, edições diversas. Síntese da guerra espanhola, de suas coalizões e de sua dimensão internacional.

Pinto, António Costa, org. **Rethinking the Nature of Fascism**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011. Ensaios comparativos que ajudam a separar fascismo, autoritarismo e ditadura conservadora.

EVANS, Richard J. *The Third Reich at War*. New York: Penguin, 2009. Volume final da trilogia, dedicado à guerra, mobilização, ocupação e radicalização racial do regime nazista.

Perseguição, genocídio e memória

Friedländer, Saul. **Nazi Germany and the Jews**. New York: HarperCollins, dois volumes, 1997-2007. Integra decisões políticas, contexto social e vozes das vítimas com rigor documental.

Hilberg, Raul. **The Destruction of the European Jews**. New Haven: Yale University Press, edições diversas. Estudo fundamental da cadeia administrativa de perseguição e extermínio.

- Browning, Christopher R. **The Origins of the Final Solution**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2004. Analisa a escalada de políticas entre ocupação, deportação e assassinato em massa.
- Longerich, Peter. **Holocaust: The Nazi Persecution and Murder of the Jews**. Oxford: Oxford University Press, 2010. Síntese abrangente sobre processo decisório, execução e alcance europeu.
- Wachsmann, Nikolaus. **KL: A History of the Nazi Concentration Camps**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2015. História institucional do sistema concentracionário, a ser lida sem exploração sensacionalista.
- Snyder, Timothy. **Bloodlands**. New York: Basic Books, 2010. Abordagem territorial da violência em massa no Leste Europeu; convém comparar suas categorias com a historiografia especializada.
- Stone, Dan. **The Holocaust: An Unfinished History**. London: Pelican, 2023. Síntese recente que enfatiza dimensão continental, colaboração e debates de memória.
- Young, James E. **The Texture of Memory**. New Haven: Yale University Press, 1993. Estudo comparativo de memoriais e modos públicos de representar a perseguição.

Segunda Guerra Mundial

- Weinberg, Gerhard L. **A World at Arms**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. História internacional abrangente que mantém articulados Europa, Ásia e decisões estratégicas.
- Overy, Richard. **Why the Allies Won**. London: Jonathan Cape, 1995. Explica vitória por produção, alianças, adaptação e mobilização, sem determinismo retrospectivo.
- Mawdsley, Evan. **World War II: A New History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. Síntese concisa e genuinamente multiteatros.
- Hastings, Max. **All Hell Let Loose**. London: HarperPress, 2011. Narrativa ampla de experiências militares e civis; deve ser complementada por estudos regionais.
- Chickering, Roger; Förster, Stig; Greiner, Bernd, orgs. **A World at Total War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. Ensaios sobre mobilização total, economia, ocupação e sociedade.
- Harrison, Mark, org. **The Economics of World War II**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. Comparação quantitativa da mobilização econômica das grandes potências.
- Milward, Alan S. **War, Economy and Society, 1939-1945**. Berkeley: University of California Press, 1977. Clássico sobre produção, trabalho e capacidade estatal.
- Judt, Tony. **Postwar**. New York: Penguin Press, 2005. O início da obra oferece uma síntese útil das ruínas políticas e sociais deixadas em 1945.

Ásia oriental e guerra no Pacífico

- Mitter, Rana. **Forgotten Ally: China's World War II, 1937-1945**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013. Recoloca a China no centro da guerra global e da formação do pós-guerra.
- Young, Louise. **Japan's Total Empire**. Berkeley: University of California Press, 1998. Estuda Manchúria, migração, mídia, economia e construção social do império.
- Gordon, Andrew. **A Modern History of Japan**. Oxford: Oxford University Press, edições diversas. Síntese equilibrada de industrialização, império, democracia e militarização.
- Dower, John W. **War Without Mercy**. New York: Pantheon, 1986. Analisa imagens raciais e propaganda na guerra do Pacífico.
- Dower, John W. **Embracing Defeat**. New York: W. W. Norton, 1999. História social e política da ocupação do Japão, especialmente útil para a ponte além de 1945.
- Westad, Odd Arne. **Restless Empire: China and the World since 1750**. New York: Basic Books, 2012. Contextualiza relações externas chinesas e a crise da primeira metade do século XX.
- Duus, Peter; Myers, Ramon H.; Peattie, Mark R., orgs. **The Japanese Wartime Empire, 1931-1945**. Princeton: Princeton University Press, 1996. Estudos regionais sobre administração, economia e sociedades coloniais.
- Coble, Parks M. **China's War Reporters**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015. Mostra como jornalistas e intelectuais produziram conhecimento sobre a guerra.

Sul da Ásia, Oriente Médio e África

- Bose, Sugata; Jalal, Ayesha. **Modern South Asia**. London: Routledge, edições diversas. Síntese que conecta império, nacionalismos, economia e partição.
- Brown, Judith M. **Gandhi: Prisoner of Hope**. New Haven: Yale University Press, 1989. Biografia política crítica, útil para contextualizar estratégia, organização e limites.
- Khan, Yasmin. **The Raj at War**. London: Bodley Head, 2015. Reconstitui a participação sul-asiática na Segunda Guerra e suas consequências políticas.
- Metcalf, Barbara D.; Metcalf, Thomas R. **A Concise History of Modern India**. Cambridge: Cambridge University Press, edições diversas. Introdução sólida ao Raj, aos nacionalismos e à transição para a independência.
- Rogan, Eugene. **The Fall of the Ottomans**. New York: Basic Books, 2015. Narrativa do esforço de guerra otomano e da transformação regional.
- Gelvin, James L. **The Modern Middle East**. Oxford: Oxford University Press, edições diversas. Síntese acessível sobre império, Estado, economia e movimentos políticos.
- Iliffe, John. **Africans: The History of a Continent**. Cambridge: Cambridge University Press, edições diversas. Longa duração necessária para evitar interpretar o continente apenas pela colonização europeia.
- Cooper, Frederick. **Africa since 1940**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Começa na guerra e mostra como trabalho, cidadania e império moldaram a descolonização.
- Adi, Hakim. **Pan-Africanism: A History**. London: Bloomsbury, 2018. Panorama de redes e ideias pan-africanas em várias regiões e diásporas.
- UNESCO. **General History of Africa, Volume VII: Africa under Colonial Domination, 1880-1935**. Paris: UNESCO, 1985. Referência coletiva que prioriza processos e perspectivas africanas.
- UNESCO. **General History of Africa, Volume VIII: Africa since 1935**. Paris: UNESCO, 1993. Síntese de guerra, nacionalismos, descolonização e construção estatal.
- Killingray, David; Rathbone, Richard, orgs. **Africa and the Second World War**. London: Macmillan, 1986. Estudos sobre recrutamento, economia e efeitos políticos do conflito.

Américas e Brasil

- Knight, Alan. **The Mexican Revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, dois volumes, 1986. Obra de referência sobre coalizões regionais, Estado e transformação social no México.
- Skidmore, Thomas E. **Politics in Brazil, 1930-1964**. Oxford: Oxford University Press, 1967. Clássico sobre Vargas, desenvolvimento e reorganização política; deve ser confrontado com pesquisa posterior.
- Fausto, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, edições diversas. Síntese de referência para localizar 1930, Estado Novo e participação brasileira na guerra.
- Gomes, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, edições diversas. Estuda linguagem política, cidadania social e relação entre Estado e trabalhadores.
- Levine, Robert M. **Father of the Poor? Vargas and His Era**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. Biografia política que equilibra construção simbólica, autoritarismo e política social.
- Grandin, Greg. **Empire's Workshop**. New York: Metropolitan Books, 2006. Interpreta a América Latina na formação do poder externo norte-americano; útil como argumento a ser testado por casos.
- Bethell, Leslie, org. **The Cambridge History of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, vários volumes. Capítulos especializados para revoluções, economia, Estado e relações interamericanas.
- McCann, Frank D. **The Brazilian-American Alliance, 1937-1945**. Princeton: Princeton University Press, 1973. Estudo detalhado da aproximação estratégica durante a guerra.

Trabalho, gênero, raça, saúde e deslocamentos

- Boris, Eileen; Hoehltker, Dorothea; Zimmermann, Susan, orgs. **Women's ILO**. Leiden: Brill, 2018. Analisa como trabalho feminino e padrões internacionais foram negociados.
- Kessler-Harris, Alice. **Out to Work**. Oxford: Oxford University Press, edições diversas. História do trabalho feminino nos Estados Unidos, útil para comparação entre crise, guerra e cidadania.

Spinney, Laura. **Pale Rider**. New York: PublicAffairs, 2017. Síntese global da pandemia de influenza; deve ser complementada por estudos locais e história social da saúde.

McNeill, J. R. **Something New Under the Sun**. New York: W. W. Norton, 2000. Oferece contexto ambiental para industrialização, guerra, energia e transformação territorial.

Gatrell, Peter. **The Making of the Modern Refugee**. Oxford: Oxford University Press, 2013. História de deslocamentos, categorias humanitárias e Estados no século XX.

Zahra, Tara. **The Great Departure**. New York: W. W. Norton, 2016. Estudo da migração da Europa oriental e de políticas que procuraram administrá-la.

Lake, Marilyn; Reynolds, Henry. **Drawing the Global Colour Line**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Compara políticas raciais e redes do mundo anglófono.

Método, fontes e escrita pública

Bloch, Marc. **Apologia da história, ou o ofício de historiador**. Edições diversas. Introdução clássica à crítica documental, à comparação e às perguntas do historiador.

Trouillot, Michel-Rolph. **Silencing the Past**. Boston: Beacon Press, 1995. Explica como poder e silêncio atuam na produção de fontes, arquivos e narrativas.

Howell, Martha; Prevenier, Walter. **From Reliable Sources**. Ithaca: Cornell University Press, 2001. Manual de crítica, contextualização e uso de diferentes gêneros documentais.

Jordanova, Ludmilla. **History in Practice**. London: Bloomsbury, edições diversas. Guia reflexivo sobre método, ética, evidência e apresentação pública.

Tosh, John. **The Pursuit of History**. London: Routledge, edições diversas. Introdução a fontes, explicação, controvérsia e transformações da disciplina.

Cronon, William. **A Place for Stories**. **Journal of American History**, v. 78, n. 4, 1992. Artigo sobre como formas narrativas selecionam causalidade e sentido.

Como ampliar esta bibliografia: Parta de uma síntese, escolha uma controvérsia, encontre duas monografias com escalas distintas e siga suas notas. Registre edição, página, arquivo e endereço persistente no momento da consulta.

Fontes digitais, cursos, aulas e documentários sérios

Os endereços abaixo priorizam arquivos, museus, bibliotecas, universidades e organizações internacionais. Uma instituição respeitável ainda exige crítica: descrição catalográfica pode estar desatualizada, coleção pode refletir prioridades do Estado e testemunho nunca representa sozinho toda uma experiência. Consulte condições de uso antes de publicar reproduções.

Primeira Guerra Mundial e acervos militares

[Imperial War Museums - busca geral nas coleções](#)

[Imperial War Museums - documentos](#)

[Imperial War Museums - fotografias](#)

[Imperial War Museums - filmes](#)

[Imperial War Museums - registros sonoros](#)

[Imperial War Museums - recursos educativos](#)

[The National Archives do Reino Unido - catálogo Discovery](#)

[Europeana 1914-1918 - coleção temática](#)

[Library of Congress - rotogravuras da Primeira Guerra](#)

[Australian War Memorial - busca avançada](#)

[Canadian War Museum - pesquisa e exposições](#)

[US National Archives - imagens das guerras mundiais](#)

Diplomacia, Liga das Nações e trabalho

[Arquivos das Nações Unidas em Genebra - catálogo](#)

[League of Nations Total Digital Access - LONTAD](#)

[Liga das Nações - documentos impressos digitalizados](#)

[ONU Genebra - visão histórica da Liga das Nações](#)

[Organização Internacional do Trabalho - história institucional](#)

[Repositório de pesquisa da OIT](#)

[Avalon Project - documentos diplomáticos e jurídicos](#)

[Office of the Historian dos Estados Unidos - documentos de relações exteriores](#)

[Wilson Center Digital Archive - coleções documentais internacionais](#)

Grande Depressão, economia e sociedade

[FRASER - fontes econômicas e financeiras históricas](#)

[US National Archives - Depressão e Segunda Guerra em documentos](#)

[Library of Congress - fotografias FSA-OWI](#)

[Federal Reserve History - ensaios e documentos](#)

[Bureau of Labor Statistics - história e publicações](#)

[Bank of England - arquivo e história](#)

[International Institute of Social History - catálogo](#)

Nazismo, perseguição e genocídio

[United States Holocaust Memorial Museum - enciclopédia](#)

[USHMM - introdução ao Holocausto](#)

[USHMM - Segunda Guerra Mundial em profundidade](#)

[USHMM - cronologia do Holocausto e da guerra](#)

[USHMM - bases de fontes primárias](#)

[USHMM - materiais para ensino](#)

[Arolsen Archives - arquivo internacional sobre perseguição nazista](#)

[Yad Vashem - coleções digitais](#)

[German History in Documents and Images](#)

[Bundesarchiv - Arquivo Federal alemão](#)

[Wiener Holocaust Library - coleções e pesquisa](#)

[European Holocaust Research Infrastructure](#)

[USC Shoah Foundation - acervo e educação](#)

Segunda Guerra Mundial

[US National Archives - pesquisa militar sobre a Segunda Guerra](#)

[US National Archives - imagens fixas das guerras mundiais](#)

[The National WWII Museum - pesquisa e recursos](#)

[Library of Congress - Veterans History Project](#)

[British Pathé - catálogo de cinejornais históricos](#)

[British Council Film Collection - filmes e contexto](#)

[National Film Board of Canada - filmes e documentários](#)

[BBC Archive - coleções audiovisuais](#)

[New Zealand History - Segunda Guerra Mundial](#)

Japão, China e Ásia oriental

[Japan Center for Asian Historical Records - JACAR](#)

[JACAR - exposição sobre transformação da ordem territorial](#)

[National Diet Library Digital Collections](#)

[National Archives of Japan](#)

[MIT Visualizing Cultures - ensaios com fontes visuais](#)

[Hoover Institution Library and Archives - coleções](#)

[Columbia University - Asia for Educators](#)

[National Archives of Singapore - busca em arquivos](#)

[Australian National Archives - RecordSearch](#)

Sul da Ásia e Gandhi

[National Archives of India](#)

[Gandhi Heritage Portal - acervo principal](#)

[Gandhi Heritage Portal - obras reunidas](#)

[British Library - Asian and African Studies](#)

[South Asia Open Archives](#)

[Digital South Asia Library](#)

África, colonialismo e pan-africanismo

[UNESCO - História Geral da África](#)

[UNESCO - História Geral da África, volume VII](#)

[UNESCO - História Geral da África, volume VIII](#)

[South African History Online - portal histórico](#)

[South African History Online - apresentações didáticas](#)

[Endangered Archives Programme - coleções digitalizadas](#)

[Qatar Digital Library - Golfo e Oriente Médio](#)

[Archives Portal Europe - busca multinacional](#)

[International African Institute - biblioteca e publicações](#)

Brasil e América Latina

[CPDOC-FGV - coletânea Era Vargas, 1930-1945](#)

[CPDOC-FGV - Arquivo Getúlio Vargas](#)

[Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasileira](#)

[Arquivo Nacional do Brasil - SIAN](#)

[Câmara dos Deputados - biblioteca digital](#)

[Biblioteca Digital do Senado Federal](#)

[Hemeroteca Nacional Digital do México](#)

[Memoria Chilena - Biblioteca Nacional do Chile](#)

[Biblioteca Digital da Argentina](#)

[Biblioteca Digital Hispánica](#)

[LANIC - Latin American Network Information Center](#)

Cursos, aulas e oficinas documentais

[Open Yale Courses - European Civilization, 1648-1945](#)

[MIT OpenCourseWare - cursos de História](#)

[OpenLearn - História](#)

[NARA DocsTeach - atividades com fontes primárias](#)

[Library of Congress - materiais para professores](#)

[Digital Public Library of America - primary source sets](#)

[Stanford History Education Group - Reading Like a Historian](#)

[EuroClio - recursos para ensino de História](#)

[Facing History and Ourselves - recursos históricos](#)

Documentários e séries para assistir criticamente

[PBS - The Great War](#)

[PBS - The War](#)

[PBS American Experience - FDR](#)

[PBS - Rise of the Nazis](#)

[Imperial War Museums - arquivo de filmes](#)

[National Film Board of Canada - busca de filmes](#)

[USHMM - vídeos e podcasts para educação](#)

[British Universities Film and Video Council - Learning on Screen](#)

Documentário não é janela transparente. Antes de usá-lo, identifique direção, produção, data, financiador, arquivo mobilizado, montagem, narrador e ausências. Diferencie imagem produzida no acontecimento, reconstituição posterior e material reutilizado fora do contexto.

Direitos de uso: Link público não equivale a licença livre. Para blog, confira autor, titular, país, prazo, licença da página e regras do acervo. Prefira metadados completos e incorporação autorizada; quando houver dúvida, descreva o documento e forneça o link em vez de reproduzi-lo.

Roteiro de estudo em oito semanas

O plano supõe cinco sessões semanais de 45 a 60 minutos. Reduza o número de sessões se necessário, mas preserve a sequência: orientação, leitura, fonte, comparação e escrita. Cada semana termina com um produto verificável.

Semana 1 - O mundo imperial de 1914

1. Leia os capítulos 1 e 2 e marque as definições de império, soberania e Estado composto.
2. Escolha seis formações na tabela de 1914 e localize-as em mapa histórico com legenda.
3. Consulte uma síntese global e dois verbetes institucionais.
4. Compare passaporte, moeda, exército e representação em dois casos.
5. Produto: mapa comentado de uma página e nota de 250 palavras sobre coexistência.

Semana 2 - Guerra global e sociedades mobilizadas

1. Leia os capítulos 3 e 4, além da cronologia de 1914 a 1918.
2. Siga uma mercadoria ou rota: trigo, nitrato, petróleo, algodão, porto ou ferrovia.
3. Analise um cartaz e um documento administrativo com o protocolo do Apêndice E.
4. Compare metrópole e território colonial sem assumir impactos idênticos.
5. Produto: diagrama causal com evidências e texto de 500 palavras.

Semana 3 - Revolução, paz e novas fronteiras

1. Leia os capítulos 5, 6 e 7.
2. Monte uma linha do tempo paralela entre Rússia, Paris e uma região mandatada.
3. Consulte um documento da Liga das Nações ou da OIT.
4. Diferencie promessa, tratado, reconhecimento e capacidade administrativa.
5. Produto: quadro mito versus evidência sobre 1919, com cinco referências.

Semana 4 - Colonialismos e nacionalismos fora da Europa

1. Leia os capítulos 8, 9 e 10.
2. Escolha Índia, Egito, África Ocidental, África do Sul, China, Coreia ou Manchúria.
3. Compare fonte estatal com voz de movimento social, imprensa ou associação.
4. Registre mudança de escala entre bairro, porto, colônia, império e sistema internacional.
5. Produto: estudo de caso de 800 palavras e mapa das conexões demonstradas.

Semana 5 - Américas e crise econômica

1. Leia os capítulos 11 e 12.
2. Reconstitua a cadeia de uma exportação antes e depois de 1929.
3. Consulte série estatística, jornal e medida governamental.
4. Compare New Deal, política varguista e um terceiro caso sem criar equivalência automática.
5. Produto: gráfico simples com nota metodológica e análise de 600 palavras.

Semana 6 - Fascismos, autoritarismos e crise internacional

1. Leia os capítulos 13 e 14 e defina critérios antes de classificar regimes.
2. Compare dois casos em partido, mobilização, coerção, projeto social e expansão.
3. Analise um discurso junto de lei, orçamento ou documento administrativo.
4. Localize Abissínia, Espanha, China e Tchecoslováquia numa cronologia comum.
5. Produto: matriz comparativa e conclusão de 700 palavras sobre mecanismos, não rótulos.

Semana 7 - Segunda Guerra, ocupação e perseguição

1. Leia os capítulos 15 e 16 e use fontes de museus e arquivos especializados.
2. Escolha uma rota logística e uma cadeia institucional de ocupação ou perseguição.
3. Diferencie fonte produzida por perpetrador, observador, resistente e vítima.
4. Trate testemunhos com dignidade, sem recortes sensacionalistas.
5. Produto: dossiê documental de quatro itens, cada um com legenda crítica.

Semana 8 - O mundo de 1945 e a síntese

1. Leia o capítulo 17 e compare as tabelas de 1914 e 1945.
2. Marque o que desapareceu, o que mudou de nome e o que permaneceu institucionalmente.
3. Escolha uma proclamação de independência ou demanda de autonomia.
4. Conecte reconstrução, nova ordem internacional, impérios coloniais e superpotências.
5. Produto: artigo de blog de 1.200 a 1.800 palavras, acompanhado de cronologia e bibliografia.

Checklist final de estudo

1. Consigo explicar por que 1914-1945 não é somente uma história europeia?
2. Distingo império formal, esfera de influência, ocupação e aliança?
3. Sei quais formações coexistiam nos anos de corte?
4. Evito usar 1918, 1929, 1939 ou 1945 como causas isoladas?
5. Consigo relacionar produção, moeda, comércio, trabalho e poder estatal?
6. Defino fascismo por critérios e reconheço autoritarismos de outra natureza?
7. Diferencio propaganda, norma, prática administrativa e experiência vivida?
8. Sei explicar a dimensão asiática da guerra desde 1937?
9. Reconheço participação e reivindicações de sociedades colonizadas?
10. Trato perseguição e genocídio com precisão, contexto e dignidade?
11. Indico o grau de certeza de cada conclusão?
12. Registro páginas, links persistentes, datas de acesso e licenças?
13. Consigo transformar pesquisa em texto próprio sem copiar a estrutura de uma fonte?
14. Minha conclusão responde à pergunta e apresenta limites da evidência?

Encerramento e ponte para o Volume 13

Entre 1914 e 1945, guerras, revoluções e crises não eliminaram o império de uma só vez. Elas destruíram algumas dinastias, redistribuíram territórios, fortaleceram Estados, internacionalizaram certas normas e abriram novas linguagens de autodeterminação. Ao mesmo tempo, mandatos substituíram colônias em alguns mapas sem entregar soberania; regimes autoritários combinaram projetos distintos; e a guerra total mobilizou recursos de continentes inteiros. A fronteira de 1945, portanto, será tratada como sobreposição: encerra a guerra mundial, mas abre processos de descolonização e competição internacional que já estavam sendo formados.

A distribuição temporal deste volume revela sobreposição, não sucessão simples. Em 1919, antigos impérios, novos Estados, administrações de ocupação e movimentos anticoloniais coexistiam. Em 1929, sistemas coloniais estavam integrados a uma crise financeira e comercial mundial. Em 1937, guerra aberta na China, expansão italiana na África, guerra civil na Espanha e ditaduras europeias faziam parte de uma mesma conjuntura sem constituírem um único conflito comandado. Em 1945, a derrota das potências do Eixo convivia com impérios coloniais ainda extensos, proclamações de independência e instituições internacionais recém-criadas.

O próximo volume começará nesse ponto de tensão. Seu eixo será a disputa entre Estados Unidos e União Soviética, mas não aceitará a Guerra Fria como explicação exclusiva. Descolonizações, revoluções, desenvolvimento, não alinhamento, apartheid, intervenções, empresas, dívida e soberanias limitadas exigem histórias conectadas próprias.

Próximo: Volume 13 - Descolonização, Guerra Fria e novos imperialismos: superpotências, revoluções e soberanias incompletas (c. 1945-1991).

Continuidade da coleção: O Volume 12 mostrou como a crise dos impérios produziu uma ordem nova sem encerrar dominação. O Volume 13 acompanhará a multiplicação de Estados soberanos e perguntará por que independência jurídica, autonomia econômica e segurança estratégica raramente avançaram no mesmo ritmo.